



FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO

Promoção e desenvolvimento do futebol em Espinho

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, no âmbito do curso do 2º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março.

Orientador: Mestre Gustavo Paipe

Marco Paulo da Silva Ferreira

Porto, outubro de 2016

FICHA DE CATALOGAÇÃO

Ferreira, M. (2016). *Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho – Promoção e desenvolvimento do futebol em Espinho*. Porto: M. Ferreira. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva, apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-Chave: ASSOCIATIVISMO, FUTEBOL POPULAR, DIRIGENTE DESPORTIVO

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que se dedicam
com prazer, paixão e dinamismo
para o crescimento do
Futebol Popular do Concelho de Espinho.

AGRADECIMENTOS

Terminado este ciclo de estudos, quero deixar um apreço final a todos que de uma forma direta ou indireta, contribuíram para a elaboração desta dissertação.

À Professora Doutora Maria José Carvalho de Almeida, diretora do 2.º ciclo de estudos em Gestão Desportiva, pelo apoio durante estes dois anos letivos.

Ao Mestre Gustavo Paipe, meu orientador, pelo apoio, colaboração, disponibilidade e profissionalismo no desenvolvimento deste trabalho.

À Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho e seus representantes, pelo acesso documental e colaboração neste trabalho:

- Presidente da Direção, José Carlos Teixeira;
- Tesoureiro da Direção, Hélder Freitas;
- Presidente da Assembleia Geral de Clubes, Fernando Fernandes;
- Presidente do Conselho Fiscal, Jorge Sá;
- Presidente do Conselho de Arbitragem, Carlos Silva.

À turma que fez parte neste mestrado de 2014 a 2016, por toda a convivência e aprendizagem ao longo destes dois anos.

Ao corpo docente que fez parte do mestrado em Gestão Desportiva, pela aprendizagem adquirida.

Ao pessoal não docente da FADEUP, pelo serviço que presta diariamente na faculdade.

A todos que estiveram comigo, pelo apoio incondicional, pela colaboração e troca de impressões que me ajudaram à construção e realização de mais um objetivo.

Aos meus pais Julião e Irene, aos meus irmãos Paula e Rui e, marido e mulher, aos meus sobrinhos por tudo.

Finalizo os agradecimentos, às pessoas mais importantes neste percurso, à minha esposa e meus filhos Martim e Marta.

A todos,

Muito Obrigado!

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO.....	XI
ABSTRACT	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XV
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Apresentação do Estudo	3
1.2. Pertinência do Estudo	4
1.3. Objetivos	5
1.4. Estrutura do Estudo.....	5
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	7
2.1. Associativismo Desportivo em Portugal	9
2.1.1. Após 25 de Abril de 1974	10
2.1.2. No Futebol Popular de Espinho.....	13
2.1.2.1. Enquadramento legislativo da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho	15
2.2. Gestão das organizações desportivas	17
2.2.1. Aspetos fundamentais.....	17
2.2.2. O papel do dirigente desportivo voluntário	19
2.2.2.1. Enquadramento legal do Dirigente Desportivo Voluntário	21
2.3. Caracterização da entidade	25
2.3.1. Contextualização histórica.....	25
2.3.1.1. Federação de Futebol Popular do Norte	26
2.3.2. Conceção	28
2.3.3. Estrutura Orgânica	32
2.3.4. Enquadramento geográfico	34
2.3.5. Princípios Estratégicos	44
2.3.6. Análise e Diagnóstico	44
2.3.6.1. Recursos humanos.....	44
2.3.6.2. Evolução.....	46

2.3.6.3. Recursos Tecnológicos	47
2.3.6.4. Atividade Económica	49
2.3.6.5. Agentes desportivos	56
3. METODOLOGIA	59
3.1. Participantes.....	61
3.2. Processo de recolha de dados	62
3.3. Entrevistas.....	63
3.4. Categorização	63
3.5. Corpus do estudo	67
3.6. Análise de dados	67
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	69
4.1. Análise documental	71
4.2. Análise das entrevistas.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	89
7. ANEXOS.....	XIX

INDICE DE ANEXOS

ANEXO 01 – Ata N.º 1 de 2 de dezembro de 1983	XXI
ANEXO 02 – Ata N.º 82 de 25 de julho de 1986.....	XXII
ANEXO 03 – Ata N.º 83 de 5 de agosto de 1986	XXIII
ANEXO 04 – Publicação no Diário da Republica em 31 de março de 1989	XXVI
ANEXO 05 – Ata da alteração aos estatutos de 15 de julho de 2013.....	XXVII
ANEXO 06 – Escritura da alteração aos estatutos	XXX
ANEXO 07 – Fichas de Clubes.....	XXXIV
ANEXO 08 – Guião da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral de Clubes, Presidente da Direção e Presidente do Conselho Fiscal da AFPCE	XLVIII
ANEXO 09 – Guião da entrevista ao Presidente do Conselho de Arbitragem da AFPCE	LI

INDICE DE FIGURAS

Figura 01: Organograma AFPCE 2012/2014.....	32
Figura 02: Organograma AFPCE 2014/2016.....	33
Figura 03: Localização do concelho de Espinho.....	35
Figura 04: Localização da Sede Social da AFPCE	36
Figura 05: Complexo Desportivo de Cassufas.....	39
Figura 06: Campo Desportivo de Guetim.....	40
Figura 07: Campo Desportivo das Areosas	41
Figura 08: Complexo Desportivo da Seara	42
Figura 09: Complexo Desportivo da freguesia de Paramos	43
Figura 10: Acesso Owncloud	47

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Despesas da AFPCE	52
Gráfico 02: Receitas da AFPCE	53
Gráfico 03: Dívidas a fornecedores em 31/12.....	54
Gráfico 04: Meios Financeiros Líquidos em 31/12.....	55
Gráfico 05: Total de Receitas e Despesas de 2013 a 2015.....	56
Gráfico 06: N.º de faltas de arbitragem épocas 2012/2013 a 2015/2016....	57

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01: 14 clubes fundadores da FCFPE	25
Quadro 02: 1.ª Direção da FCFPE	26
Quadro 03: Associações Desportivas da FFPN.....	27
Quadro 04: Direção da AFPCE 2014/2016.....	30
Quadro 05: Clubes época 2015/2016	31
Quadro 06: Instalações Desportivas	37
Quadro 07: Recursos Humanos	46
Quadro 08: Utilização da OwnCloud.....	48
Quadro 09: Serviços e Clientes da AFPCE	50
Quadro 10: Despesas da AFPCE	51
Quadro 11: Receitas da AFPCE	53
Quadro 12: Dívidas a fornecedores em 31/12	54
Quadro 13: Meios Financeiros Líquidos em 31/12	55
Quadro 14: Balanço da AFPCE	56
Quadro 15: Participantes do Estudo	61
Quadro 16: Entrevistas dos órgãos sociais tempo de duração e código de identificação	63
Quadro 17: Categorias e Unidades de Registo da AFPCE	66
Quadro 18: Análise PESTAL da AFPCE.....	78
Quadro 19: Análise SWOT da AFPCE	80

RESUMO

A Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho (AFPCE), é uma organização desportiva, sem fins lucrativos, que tem como finalidade organizar provas desportivas de futebol de 11, sénior masculino, na vertente amadora. Este trabalho teve como objetivo a análise da gestão desportiva na AFPCE que desenvolve provas desportivas desde 1983. Através da consulta documental narramos o início da sua atividade, caracterizamos a entidade das quatro épocas desportivas, de 2012 a 2016 e descrevemos a importância dos dirigentes desportivos associativos em regime de voluntariado que exercem atividades na AFPCE. Neste sentido, como metodologia, utilizamos as entrevistas aos responsáveis dos órgãos sociais da AFPCE – Presidente da Assembleia Geral de Clubes, Presidente da Direção, Presidente do Conselho Fiscal e Presidente do Conselho de Arbitragem, como técnica de recolha de informação. E, também, após consulta, foram analisados os documentos da organização em estudo. Os principais resultados indicam que a AFPCE é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve a modalidade de futebol de 11 sénior masculino; envolve cerca de 1000 agentes desportivos; participam 27 clubes nas provas desportivas; a nível financeiro é dependente de financiamento público; administrativamente dá resposta às necessidades exigíveis; todos os Dirigentes Desportivos são voluntários e não têm formação nesta área; concluímos, é uma associação financeiramente estável e organizada.

Palavras-chave: ASSOCIATIVISMO, FUTEBOL POPULAR, DIRIGENTE DESPORTIVO

ABSTRACT

The Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho (Popular Football Association) is a non – profit sports organization whose aim is to organize amateur football matches for senior males citizens. This study aimed to analyse sports management at AFPCE which has been promoting sports events since 1983. By consulting the relevant documents the beginning of its activity has been set out, the entity of the four sport seasons, from 2012 to 2016, characterised and the importance of the associative sports official engaged in activities at AFPCE on a voluntary basis described. Thus, the methodology used for collecting information was the interviews made to the governing bodies - the Chairman of the Council of Clubs, Chairman of the Board, Chairman of the Supervisory Board and Chairman of the Arbitration Board. Furthermore, the documents of the organization of our study were also analysed. The main results show that the AFPCE is a non-profit organisation; promotes senior male football matches; involves around 1000 sports agents; 27 clubs participate in the its matches; that it is dependent on public funding; fulfils the management demands; all the Sports Agents are volunteers, and do not have any training in the field; it has been concluded that it is a financially stable and organized association.

Key words: ASSOCIATIVISM, POPULAR FOOTBALL, SPORTS OFFICER

LISTA DE ABREVIATURAS

AFPCE – Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho

FCFPE – Federação do Campeonato de Futebol Popular de Espinho

CME – Câmara Municipal de Espinho

FFPN – Federação de Futebol Popular do Norte

AFA – Associação de Futebol de Aveiro

LBAFD – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do Estudo

Espinho é uma cidade que respira desporto, nas mais variadíssimas modalidades *indoor* e *outdoor*. Atletas e técnicos com carreiras brilhantes nos desportos nacionais e internacionais, formados nas coletividades Espinhenses.

A Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho (AFPCE), como organizadora de competições na vertente de futebol amador, colmata o prazer, a paixão pelo futebol dos agentes desportivos que não seguiram as carreiras desportivas profissionais. Desta forma, recorrem a esta organização cidadãos residentes e não residentes do concelho de Espinho.

É uma associação desportiva, sem fins lucrativos, que organiza provas de futebol de 11, sénior masculino no concelho de Espinho. Apesar de ser uma associação de carácter amadora, organiza e prossegue de acordo com os princípios de igualdade, da independência e da democraticidade, sendo independente dos partidos políticos e de outras instituições que não sejam associadas.

De salientar, que tanto os órgãos sociais da AFPCE, bem como, os seus associados, nomeadamente, os agentes desportivos que colaboram no dirigismo e os atletas, contribuem para este dinamismo associativo concelhio de forma gratuita e voluntaria. Como refere Carvalho (1997, p.47), *“são várias as dezenas de milhares os dirigentes benévolos que fornecem diariamente aos seus clubes, o seu tempo, o seu trabalho, e o seu dinheiro. São eles que mantêm vivas e atuantes as associações na área do desporto, e continuam a exercer uma ação decisiva para o seu desenvolvimento e democratização”*.

Este movimento desportivo na cidade, só é possível com o apoio do município de Espinho, o qual tem tido um papel relevante perante as coletividades desportivas do concelho, nos apoios financeiros e nas infraestruturas desportivas que oferecem para a prática desportiva.

1.2. Pertinência do Estudo

A pertinência do estudo da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho, vai no sentido de ser uma entidade que organiza provas desportivas – futebol sénior amador, que envolve toda a comunidade local das quatro freguesias do concelho.

Como nos refere Carvalho (1998, p.121), *“Desporto popular coloca-se no centro da dinâmica social do nosso tempo. Por isso vive, tal como a própria sociedade no seu todo, o conjunto de incertezas que caracterizam o tempo presente em relação ao futuro, procurando integrar o desporto na corrente geral que procura impelir o progresso num sentido cada vez mais humano”*.

Nos últimos anos, os espaços físicos têm sofrido profundas e constantes evoluções no sentido de melhor acolher os utilizadores, nomeadamente os campos de jogos passaram a ser em relva sintética, alguns balneários foram remodeladas e outros foram construídos de raiz.

A comunidade desportiva, atletas e treinadores, apresentam um nível de qualidade técnica e tática bastante competitiva, acima da média. Isto porque, fizeram a aprendizagem desportiva nas escolas de formação dos clubes e/ou academias de futebol do concelho de Espinho e de outros concelhos limítrofes. Esta avaliação desportiva, é feita pela imprensa local e por pessoas qualificadas para treinar equipas federadas.

A direção da AFPCE, após a tomada de posse em finais de 2012, iniciou um ciclo de mudança na gestão financeira, nos serviços administrativos, na organização das competições, assim como nos meios de comunicação que utiliza para se comunicar com os associados e entidades externas.

Neste momento a AFPCE, vai no 32.º campeonato de futebol de 11 sem interrupção desde a sua fundação. Esta já passou por inúmeras fases de desenvolvimento e se encontra num patamar que é necessário juntar todos os

responsáveis dos clubes/associados para pensarem no futuro do futebol popular.

Neste sentido, a caracterização desta entidade desportiva e o trabalho desempenhado pelos dirigentes desportivos associativos em regime de voluntariado, é um tema pertinente para a elaboração desta dissertação.

1.3. Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar e caracterizar a gestão desportiva e as atividades desenvolvidas desde o ano de 2012 até ao final da época desportiva de 2015/2016 da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho (AFPCE).

Como objetivos mais específicos pretende-se analisar a estrutura organizativa da associação; identificar as competências da associação no âmbito legal; determinar qual o apoio financeiro para as diferentes atividades organizadas pela associação.

1.4. Estrutura do Estudo

A presente dissertação é constituída pelos seguintes sete pontos: introdução, revisão da literatura, metodologia, apresentação e discussão dos resultados, conclusão, referências bibliográficas e anexos.

A introdução comporta a contextualização do estudo, os objetivos definidos e as diferentes partes que conforma todo o documento de estudo e como está estruturada a dissertação.

A revisão da literatura comporta uma fundamentação teórica onde é abordado o associativismo desportivo, a gestão das organizações desportivas e a caracterização da entidade em estudo com base na consulta documental.

A metodologia comporta a consulta documental da organização e entrevista aos presidentes dos órgãos sociais da AFPCE – Presidente da Assembleia Geral de Clubes, Presidente da Direção, Presidente do Conselho Fiscal e Presidente do Conselho de Arbitragem.

A apresentação e discussão de resultados comporta a interpretação dos discursos dos entrevistados.

Finalizamos o presente trabalho com as considerações finais ao estudo, as referências bibliográficas e anexos de apoio.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Associativismo Desportivo em Portugal

As organizações associativas em Portugal até 1974 eram fortemente controladas pelo regime autoritário, como nos refere Marivoet (1998, p.57) *“as características corporativas em que assentava o regime autoritário até 74, não contemplavam o livre associativismo impondo, por conseguinte, um forte controlo às organizações desportivas. Esta ingerência do Estado, fortemente contestada, provocou no pós-74 a defesa intransigente da autonomia do associativismo desportivo e a não interferência do Estado na organização e promoção da atividade desportiva”*.

Pires (1987), refere-se ao associativismo desportivo em Portugal como uma organização nova, reforçando a ideia que se iniciou no associativismo popular de ordem religiosa.

Segundo Silva (2000) citado por Matos (2001), a história do movimento associativo estará sempre ligada às transformações políticas, sociais, culturais e económicas ocorridas ao longo dos tempos, nomeadamente o liberalismo, a revolução industrial, a implementação da República, o fim da 2.^a Grande Guerra, mas principalmente ao 25 de Abril de 1974.

Ao contrário de outros países, não é fácil identificar as causas que originaram a instituição dos primeiros clubes desportivos. Sousa (1988) citado por Augusto (2015), refere que no caso português os primeiros exemplos surgem de uma natureza pontual, não existindo uma corrente suficientemente definida, dirigida e consequente.

O associativismo desportivo, segundo Crespo (1978) citado por Gomes (2001), teve um grande incremento em Inglaterra, em especial na segunda metade do século XIX e terá tido influência no aparecimento dos primeiros clubes desportivos em Portugal.

2.1.1. Após 25 de Abril de 1974

As grandes ações de promoção da prática desportiva só arrancaram na década de setenta, com as enormes transformações sociais e políticas que se viveram no País a partir de Abril de 1974. A implantação do novo regime favoreceu, em 1975, a realização do ENDO – Encontro Nacional do Desporto, que teve como objetivo principal *“promover o debate de ideias em torno de uma nova definição de desporto”*, (Pires, 2009, p.16).

Os organizadores no caderno de apresentação do Encontro (cit. por Rosário, 1996, p. 286), (...) o ENDO na 1.^a fase, *“acontece em todos os locais onde houver uma organização que se enquadre no espírito do Encontro; Repensar o Desporto”*, na 2.^a fase, *“realiza-se em Lisboa durante quatro dias”*; e na 3.^a fase *“processa-se uma ativação de ações a desenvolver pela DGD, de acordo com as linhas políticas já definidas e com as dominantes estas estarem enriquecidas com os trabalhos, os debates, as discussões havidas nas fases iniciais do processo”*. E na abertura da publicação que transmitia as conclusões do ENDO, afirmava-se, *“A forma mais grave de politizar o desporto é dizer que ele nada tem a ver com apolítica. Esta ideia permite que aqueles que dele sempre se serviram para os seus fins políticos fiquem assim plenamente à vontade para continuar a utilizar o desporto contra os interesses dos trabalhadores”*.

Na realidade, na história do desporto português, de 1974, constitui um facto social novo que se tem vindo a consolidar. A população foi progressivamente tomando consciência que o acesso à prática desportiva constitui um direito do indivíduo, consagrado por lei (Meirim, 1994).

A importância do desporto decorre, ainda, sob o ponto de vista social, da sua capacidade de mobilização dos indivíduos e dos grupos no quadro das grandes transformações do mundo dos lares. De facto o número de praticantes desportivos aumentou, de uma maneira significativa, em paralelo com a diversificação das modalidades de participação cultural, podendo

afirmar-se que, no momento atual, a qualidade das práticas desportivas é um indicador decisivo do próprio valor da sociedade (Crespo, 1991).

O desporto é um fenómeno social com organizações bem estruturadas e vivido por milhões de pessoas em todo o planeta. É talvez o fenómeno social mais significativo deste século, pois não se conhece nenhum país do mundo, nem nenhum povo, sem prática desportiva (Válega & Esteves, 2004).

No início de século XXI, as associações assumem ainda uma relevância maior, pelo que a luta e a escolha é entre um mundo onde o viver é assente nos encontros, no emprego, nas filas de trânsito e nos centros comerciais e por outro lado, num viver social fundado na entreajuda, na convivência e no voluntariado em prol dos outros (Mendes, 2008).

Na Constituição da República Portuguesa na sua sétima revisão constitucional, no artigo 46.º, Liberdade de associação:

- No número 1, é referido que os “cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal.”
- No número 2 que as “associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.”
- No número 3 refere que, “ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.”
- Já o número 4 afirma que não “são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.”

Para que uma associação funcione e cumpra com o seu escopo, terá de ter uma estrutura organizativa funcional, clara e eficaz (Mendes, 2008).

No Artigo 167.º do Código Civil Português, Ato de constituição e estatutos refere que:

- No número 1, “o ato de constituição da associação especificará os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, fim e sede da pessoa coletiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração, quando a associação não se constitua por tempo indeterminado”.
- Já o 2.º ponto refere que “os estatutos podem especificar ainda os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa coletiva e consequente devolução do seu património”.

O reconhecimento e valorização do movimento associativo popular é decretado pela Assembleia da República, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, através da Lei n.º 34/2003 de 22 de Agosto:

- Artigo 1.º, Dia Nacional das Coletividades, é fixado o dia 31 de Maio como o Dia Nacional das Coletividades.
- Artigo 2.º, Parceiro social, no ponto 1 ao movimento associativo português é conferido o estatuto de parceiro social e no ponto 2 o Governo definirá, no prazo de 120 dias após a entrada em vigor da presente lei, a representação e a extensão relativa à aplicação do estatuto de parceiro social.
- Artigo 3.º, Cadastro, o Governo promoverá o levantamento, por município, das associações de cultura, recreio, desporto, social e juvenil, aperfeiçoando progressivamente os mecanismos de apoio técnico-financeiro às suas atividades.

2.1.2. No Futebol Popular de Espinho

O Associativismo Desportivo no futebol popular de Espinho iniciou-se, em meados dos anos 80, graças a vários grupos de amigos que se juntaram para organizarem equipas de futebol e jogarem entre si, a troco da rivalidade e defesa do nome dos locais onde residiam. Era uma forma lúdica, recreativa e desportiva na comunidade local.

Estas associações desportivas populares, visavam a promoção das atividades desportivas locais, de forma organizada e buscando a ocupação da população local (Araújo, 1984). Porém, Melo de Carvalho (1977) alerta para o facto de estas associações desportivas possuírem estruturas fragilizadas e em constantes mudanças. E, foi desta forma que, o associativismo desportivo começou a crescer de uma forma organizada, com regulamentos e estatutos próprios criados por cada associação desportiva.

O movimento associativo é verdadeiramente um centro de estágio para a democracia. Isto porque nas associações candidatam-se, organizam-se listas, votam nas eleições, reúnem-se, defendem programas e planos de atividades, realizam e executam projetos, elaboram estatutos e regulamentos, comunicados, cartazes, programas eleitorais, espetáculos e convívios. Encontram e adquirem nas associações um conjunto de competências não existentes na educação formal e que são essenciais na formação do homem (Mendes, 2008).

Este movimento associativo, que se ancora nos mais sólidos valores humanistas, está profundamente enraizado na vida das populações e o serviço social que presta à comunidade não é, de forma alguma, dispensável, sob pena de se assistir a um agravamento da diminuição da qualidade de vida de milhões de portugueses. Como refere Melo de Carvalho (1997, p.118), *“o movimento associativo constitui a única solução viável para permitir o acesso de vastos grupos da população a práticas culturais e sociais que ficariam fora do seu alcance se a vida social se reger, unicamente, pelo princípio da eficácia lucrativa financeira”*.

O futebol é a modalidade desportiva com mais praticantes no concelho. A Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho organiza competições de futebol de 11, onde estão inseridas 27 clubes pertencentes às 4 freguesias do concelho.

Este movimento associativo, gerou um trabalho com muito empenho social dos intervenientes, por uma causa desportiva – o futebol. A reboque desta modalidade, houve e continua havendo casos de sucesso, no que respeita à integração de novos agentes desportivos, de forma a que estes não enveredem por caminhos preocupantes, como aclara Alfredo Melo de Carvalho:

“Da análise que se procurou realizar sobre a situação atual do desporto é possível extrair uma conclusão: como prática social, educativa e cultural, não é bom ou mau em si próprio. O desporto é uma construção do Homem, e mergulha diretamente na dinâmica social que o envolve. Portanto, aqueles valores, ao contrário do que se pensou durante muito tempo, e parece que alguns ainda pensam, não surgem automaticamente da sua prática. Têm de ser empenhada e constantemente construídos pelos dirigentes, técnicos e praticantes” (Carvalho, 1998, p.83).

Em Espinho, quando se fala em desporto popular, é logo identificado o campeonato de futebol organizado pela AFPCE. Pode transparecer a ideia que são provas onde há falta de organização e para classes sociais mais baixas da população. Ideia errada, porque estes campeonatos albergam todas as classes sociais do concelho e de outros concelhos envolventes à cidade de Espinho.

Como refere Carvalho (1998), estamos perante uma falsa questão, utilizada, na maioria dos casos, unicamente para desvalorizar as práticas desportivas realizadas pelas camadas populares fora do quadro institucional e doutrinário dominante (o “desporto do pé descalço”, o desporto sem qualidade, a prática das atividades não estruturadas, “espontâneos”, entre outras).

O futebol popular de Espinho, é uma estrutura organizativa que promove, desenvolve e organiza provas de futebol de 11 sénior masculino, cumprindo todos os requisitos legais desportivos.

Os clubes desportivos foram criados como congregação de vontades, como instituições de solidariedade e cidadania, como uma das formas de expressão e organização da vontade democrática dos cidadãos e das comunidades (Bento, et al., 1999).

2.1.2.1. Enquadramento legislativo da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho

A Lei Constitucional n.º1/2005, de 12 de agosto, no artigo 79.º, Cultura física e desporto nos números 1 e 2, refere que “Todos têm direito à cultura física e ao desporto incumbindo ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.”

Como refere Constantino (1992) cabe ao Estado a responsabilidade de promover e estimular a prática do Desporto de acordo com o respetivo preceito constitucional, como também, cabe à administração central e local, como representantes do Estado, a obrigação de garantir o exercício do direito do cidadão à prática do Desporto. E, na mesma Lei Constitucional, no artigo 161.º, a alínea c), refere que: compete à Assembleia da República fazer leis sobre todas as matérias e, neste sentido, foi elaborada a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º5/2007, de 16 de janeiro. No âmbito da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), a AFPCE como associação desportiva, cumpre e respeita na íntegra vários artigos, como iremos exemplificar.

O n.º 1 e 2 do artigo 2.º, visam os princípios da universalidade e da igualdade, desta forma a AFPCE não “rejeita” inscrições para participar nas provas desportivas, tendo mesmo, como se pode confirmar nos seus registos, agentes desportivos de etnia cigana, brasileiros, angolanos e indivíduos do sexo feminino. Conforme refere Bento et al. (1999, p.57), a *“participação desportiva da mulher e das pessoas de todas as idades e estados de condição, de rendimento, de motivação e saúde é cada vez maior”*.

O n.º 1 e 2 do artigo 5.º referem, Os princípios da coordenação, de descentralização e de colaboração. Logo, a autarquia local promove e colabora de forma direta e indireta com a AFPCE, seja através dos apoios financeiros, na cedência das infraestruturas desportivas ou na organização de torneios de futebol.

Assim, no sentido do n.º 2 da alínea a) do artigo 6.º, a AFPCE tem a seu dispor 5 campos de futebol, sendo que 2 são em terra batida e pertencem a proprietários privados e 3 em relva sintética pertencentes à Câmara Municipal de Espinho. Neste sentido Constantino (1992, p.63), reforça *“O problema dos equipamentos para a prática do desporto é um elemento central de qualquer política de desenvolvimento desportivo. Sem equipamentos não pode haver desenvolvimento”*.

O artigo 33.º da mesma lei (LBAFD) estabelece que, são associações promotoras de desporto, as entidades sem fins lucrativos, que têm por objeto a promoção e organização de atividades físicas e desportivas com finalidades lúdicas, formativas ou sociais, não compreendidas na área de atuação própria das federações desportivas e cujo regime jurídico é definido na lei.

No sentido de zelar pela proteção dos agentes desportivos (LBAFD), é obrigatório aos associados apresentarem prova, dos atletas e dos árbitros, de exames médicos ao abrigo do artigo 40.º. E, conforme o artigo 42.º é obrigatório também apresentarem prova de seguro de acidentes pessoais dos mesmos agentes desportivos. Os gestores dos campos de futebol apresentam anualmente o seguro de infraestruturas.

O artigo 46.º refere-se a, apoios financeiros. Neste sentido a AFPCE enquadra-se como associação visto que esta depende de verbas financeiras alocadas pela Câmara Municipal de Espinho. No entanto, para ser concedido este apoio, é celebrado um protocolo entre ambas as entidades, nos quais, alguns dos termos acordados incluem a apresentação obrigatória do plano anual de atividades e do relatório anual de contas. Também é de registar que esta associação possui de uma contabilidade organizada.

2.2. Gestão das organizações desportivas

2.2.1. Aspetos fundamentais

Existem vários tipos de organizações. Umas de dimensões pequenas, outras médias ou de grandes dimensões. Podem ainda, ser consideradas com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

A AFPCE incorpora nas organizações de clubes desportivos, como refere Chiavenato (1991, P.21), as *“organizações são complexas e altamente diferenciadas: indústrias, empresas comerciais, empresas de serviços, universidades, hospitais, penitenciárias, clubes desportivos, igrejas, organizações militares e governamentais, etc”*.

Segundo Madureira (1990, pp.27-28), as várias organizações podem ser classificadas da seguinte forma, na qual a AFPCE enquadra-se nas organizações sociais:

- *“Organizações económicas: que produzem bens materiais e serviços com fins lucrativos (empresas, etc.);*
- *Organizações de serviços: que fornecem serviços sem fins lucrativos (organizações de caridade, jardins zoológicos, etc.);*
- *Organizações de religiosos: que satisfazem as necessidades de culto dos seus membros (igrejas, sinagogas, etc.);*

- *Organizações de proteção: que protegem as pessoas contra os riscos de vida em sociedade (polícia, forças militares e militarizadas, bombeiros, etc.);*
- *Organizações governamentais: que prestam serviços públicos diversos (escolas, hospitais, etc);*
- *Organizações sociais: que satisfazem as necessidades sociais experimentadas pelas pessoas quanto a convivência, cultura, recreio e apoio mutuo (clubes, associações de socorros mútuos, etc.)”.*

Para Bilhim (1996, p.21) *“a organização existe para realizar os seus objetivos, os quais seriam inatingíveis se fossem alcançados pela atividade de só uma pessoa”.*

O gestor deverá implementar e desenvolver estes recursos com conceitos próprios da gestão, para a organização ser guiada para caminho certo de forma coesa.

Neste sentido, existem quatro funções no processo de gestão com uma série de características e com um circuito de atividades interligadas. Assim, Madureira (1990, p.44), considera:

- *“A função de planeamento: respeitante à determinação dos objetivos da organização, à decisão sobre os meios de os conseguir e à formulação de planos de ação;*
- *A função estrutura – respeitante a influenciar os membros organizacionais em grupo, a afetar as pessoas aos vários grupos e a definir as relações de trabalho entre estes;*
- *A função de influência – respeitante a influenciar os membros organizacionais por forma a estes realizarem as tarefas que lhes foram atribuídas;*
- *A função de controlo – respeitante à verificação da concordância ou discordância das atividades organizacionais realizadas com as planeadas”.*

2.2.2. O papel do dirigente desportivo voluntário

Na atualidade do nosso País, o desporto associativo repousa, em termos essenciais, sobre o dirigente desportivo voluntário. O trabalho desinteressado, que aqui é designado por benévolo, do dirigente, constitui o aspeto fundamental sobre o qual repousa a dinâmica do desporto popular. Muitos deles assumem uma atitude claramente militante ou seja, lutam pela afirmação do desporto e pelo seu desenvolvimento (Mello de Carvalho, 2010).

Estes dirigentes desportivos voluntários, desenvolvem um trabalho de gestores nas associações que representam. Como referem Hodgson e Crainer (1999, p.22), *“O lado criativo da gestão ganhou maior crédito e aceitabilidade durante a última década. Ter ideias geniais é agora uma atividade aceite; gestores um tanto ou quanto visionários encontram cada vez mais lugar ao longo da mecânica administrativa”*.

São gestores que utilizam os vários meios da instituição para atingirem os objetivos propostos, ou seja, gerem os recursos da organização tais como: recursos humanos, recursos financeiros, recursos físicos e recursos legais.

Quando nos referimos ao diretor desportivo, em sentido lato do conceito, podemos estar a referir-nos a vários cargos de direção executiva das organizações desportivas do futebol. Todos os cargos inerentes aos membros da direção de uma organização desportiva, definidos pelos respetivos estatutos, podem ser considerados como sendo de diretor desportivo (Mações, 2006).

Todos sabemos que a vida das associações está intimamente dependente do empenho dos dirigentes, que de forma altruísta oferecem o seu esforço e inteligência, os seus tempos livres e chegam por vezes a sacrificar as suas famílias e carreiras profissionais.

De uma forma geral, as Direções são formadas por «carolas» que se foram formando ao longo dos anos de dedicação ao Associativismo,

trabalhando para o bem comum da pequena sociedade que se aglutina à sua volta (Matos, 2001).

O sucesso das organizações desportivas, quer ligadas à organização de eventos desportivos, quer envolvidas com a manutenção e regulamentação continuada do desporto, tais como os clubes, associações e federações, está dependente do desempenho dos recursos humanos envolvidos nas centenas de atividades necessárias para o bom desenrolar do papel que cada organização, em particular, possui. O trabalho voluntário é a espinha dorsal das organizações desportivas, que se caracterizam pela devoção de muitos voluntários e que determinam o seu grau de sucesso (Válega & Esteves, 2004).

Os Dirigentes Desportivos inseridos na AFPCE, ao longo dos anos têm um papel importante na comunidade Espinhense, são estes agentes desportivos que proporcionam a prática desportiva a centenas de jovens praticantes de futebol todas as épocas desportivas. Criando boas condições de espaços para a sua prática, apoios no material para treinar e competir.

São responsáveis pela “contratação” de jovens atletas que terminam o percurso de formação no futebol federado, dando oportunidade para que continuem a desfrutar do desporto que mais gostam.

Segundo Carvalho (1997), o trabalho de voluntário no desporto é tão antigo quanto o próprio desporto em si. Representa um valor social valioso, proporcionando a milhares de cidadãos, jovens e adultos, a possibilidade de usufruírem dos benefícios da prática desportiva.

Neste caso, o associativismo popular é, em termos maioritários, suportado por dirigentes oriundos das categorias dos operários e empregados¹. Este grupo é o mais fortemente atingido pela crise, dispondo de condições de vida mais modestas e difíceis do que os outros grupos da população.

“A questão central coloca-se em relação à sua “atitude” perante o clube e à população que serve. Questão que será aprofundada quando nos

¹ Consulta da base de dados da AFPCE.

referirmos à sua função social mas que deverá ser traduzida na própria expressão que o designa. Por isso optamos pela designação de “benévolo” com finalidade de marcar com nitidez, que se trata de “homem de boa vontade”, ou seja: aqueles que se empenharam em ser construtivos, em trabalhar para o bem (moral ou material) da humanidade, como nos explica o Dicionário de Moraes, sendo a “boa vontade” a disposição favorável para atender qualquer pessoa ou fazer qualquer coisa” (Carvalho, 1997, p.32).

Estas organizações desportivas são constituídas por pessoas, tendo por base de formação o meio sociocultural e estruturam-se em função de um processo associativo promovido em função de princípios e objetivos específicos mobilizadores, como refere Sousa (1988) citado por Gomes (2001).

“O Dirigente Desportivo Benévolo (D.D.B.) não tem nada de marginal no Sistema Desportivo Nacional, sendo ele que, praticamente na totalidade dos casos, garante o funcionamento das associações populares. O desporto popular estrutura-se, assim, nos clubes populares, estes repousando o seu funcionamento no D.D.B. de origem popular” (Carvalho, 1997, p.41).

2.2.2.1. Enquadramento legal do Dirigente Desportivo Voluntário

Para classificar os Dirigentes Desportivos nas organizações desportivas, recorreremos ao Artigo 35.º da Lei n.º34/2004 de 21 de julho, Dirigentes Desportivos, no número 1 onde é referido *“Aos dirigentes desportivos é reconhecido o papel desempenhado na organização da prática do desporto e na salvaguarda da ética desportiva, devendo ser garantidas as condições necessárias à boa prossecução da missão socialmente relevante que lhes compete”*; e no número 2 *“As medidas de apoio ao dirigente desportivo em regime de voluntariado e o enquadramento normativo da função de gestor desportivo profissional constam de diplomas próprios”*.

Neste sentido, como na AFPCE todos os dirigentes desportivos são em regime de voluntariado, sustentamo-nos no Decreto-Lei n.º 267/95, de 18 de Outubro. Este diploma estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado.

Assim, o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 267/95, de 18 de Outubro, define o que é Dirigente desportivo em regime de voluntariado, “qualquer pessoa que se encontre, de modo efetivo e sem remuneração, no exercício de funções em órgãos estatutários do Comité Olímpico de Portugal, da Confederação do Desporto de Portugal, de federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva ou de associações nestas últimas inscritas”, número 1. E refere ainda que não “são tidas como remunerações, para efeito do disposto no número anterior, as importâncias recebidas como reembolso de despesas realizadas no exercício das funções aí referidas”, número 2. Já o número refere que o “disposto nos números anteriores aplica-se, ainda, aos membros de comissões administrativas nomeadas na sequência da dissolução de órgãos estatutários referidos no n.º 1.”

Este diploma também define quais as entidades responsáveis pela formação do dirigente desportivo em regime de voluntariado, o centro de apoio jurídico, o horário específico, a dispensa temporária de funções, o tipo de seguro de acidente pessoais necessários, os deveres dos dirigentes e as perdas de direitos.

Já o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, Lei n.º 20/2004, de 5 de Junho, estabelece o regime de apoio aos dirigentes associativos voluntários na prossecução das suas atividades de carácter associativo.

O artigo 3.º da presente Lei, (Princípio Geral) refere, nos números 1 e 2, que “Os dirigentes associativos voluntários não podem ser prejudicados nos seus direitos e regalias no respetivo emprego por virtude do exercício de cargos de direção nas associações existindo outro regime mais favorável para o dirigente associativo voluntário, designadamente em instrumento de

regulamentação coletiva de trabalho, esse regime prevalece sobre as disposições da presente lei.”

A mesma Lei, também define o crédito de horas, regime de faltas, tempo de serviço, marcação de férias e seguro de acidentes pessoais que passamos a referir:

- O artigo 4.º, Crédito de horas, o número 1 estabelece “As faltas dadas pelo presidente da direção por motivos relacionados com a atividade da respetiva associação são consideradas justificadas, dentro dos seguintes limites, definidos em função do número de associados: a) Associação com um máximo de 100 associados: crédito de horas correspondente a meio dia de trabalho por mês; b) Associação com 100 a 500 associados: crédito de horas correspondente a um dia de trabalho por mês; c) Associação com 500 a 1000 associados: crédito de horas correspondente a dois dias de trabalho por mês; d) Associação com mais de 1000 associados: crédito de horas correspondente a três dias de trabalho por mês”. Já o número 2 define que “o crédito de horas referido no número anterior pode ser utilizado por outro dirigente associativo, por deliberação da direção, comprovada através do envio da respetiva ata às entidades empregadoras ou aos responsáveis pelo serviço público dos dirigentes associativos envolvidos”. E ainda refere o número 3 que as faltas nos números anteriores “devem ser comunicadas à entidade empregadora ou ao responsável pelo serviço público, mediante aviso prévio prestado com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo motivo relevante ou casos excecionais devidamente justificados”. Definindo ainda no número 4 que “em sede do Conselho de Concertação Social poderá ser fixado um âmbito de aplicação mais alargado aos limites de dispensa de atividade profissional dos dirigentes associativos, referidos no n.º 1, ou outros membros de direção executiva, quando em exercício de atividades relacionadas com a associação”.

- O regime de faltas no artigo 6.º, o número 1 refere que as “faltas dadas ao abrigo do disposto no artigo 4.º pelos dirigentes associativos voluntários que sejam trabalhadores da Administração Pública são consideradas justificadas, não implicando perda de remuneração”. Já o número 2 no caso que as “entidades empregadoras decidam assumir os encargos remuneratórios correspondentes às faltas dadas por dirigentes associativos voluntários ao seu serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, tais encargos serão considerados custos ou perdas para efeitos de IRC, sendo levados a custos em valor correspondente a 120% do total”.
- O artigo 7.º, tempo de serviço, refere que o “tempo de serviço prestado às associações nos termos do artigo anterior conta para todos os efeitos como tempo de serviço prestado no local de trabalho, designadamente para promoções, diuturnidades, benefícios sociais ou outros direitos adquiridos”.
- Artigo 8.º, marcação de férias, estabelece que os “dirigentes associativos voluntários têm direito à marcação de férias de acordo com as necessidades associativas, salvo se daí resultar incompatibilidade insuprível com o plano de férias da entidade empregadora ou do serviço”.
- Artigo 9.º, seguro de acidentes pessoais, o número 1 refere que os “dirigentes associativos voluntários beneficiam de um seguro de acidentes pessoais em deslocações fora do território nacional”. Referindo ainda no número 2 que “haverá uma comparticipação em 75% do prémio devido por seguros de acidentes pessoais que se destinem a cobrir a participação dos dirigentes associativos voluntários nas deslocações referidas no número anterior, mediante requerimento ao membro do Governo com competência na respetiva área de atividade, juntamente com os documentos comprovativos da natureza da deslocação, do seguro realizado e dos riscos cobertos”. E o número 3 refere que a “comparticipação referida no número anterior só pode abranger um dirigente por deslocação”. E a “comparticipação tem como

limite máximo o valor do prémio correspondente a um capital igual a 400 vezes o salário mínimo nacional”, número 4.

2.3. Caraterização da entidade

2.3.1. Contextualização histórica

Em 02 de dezembro de 1983², foi constituído no Concelho de Espinho uma organização desportiva designada por Federação do Campeonato de Futebol Popular de Espinho (Anexo 01), adiante designada por FCFPE, composta por 14 Clubes do Concelho (Quadro 01).

Quadro 01: 14 clubes fundadores da FCFPE

CLUBES FUNDADORES	
Associação Cantinho da Rambóia	Associação Desportiva de Esmojães
Clube Académico de Espinho	Águias da Quinta de Anta
Águias F. C. Paramense	Leões Bairristas F. C.
Império de Anta F. C.	G. D. Idanha
G. D. da Quinta	G. D. Unidos aos Belenenses
Rio Largo Clube de Espinho	Sporting de Esmojães
F. C. Juventude de Silvaldinho	Magos de Anta F. C.

A FCFPE foi constituída para desenvolver atividades desportivas, designadamente, organizar campeonatos de futebol de 11, sénior masculino, amador.

Após votação entre os Clubes, foram eleitos 5 membros para a Direção (Quadro 02), e a sua sede social provisória na sede do clube Magos de Anta F. C., na Rua de São Martinho N.º 770, 4500-054 Anta, conforme Ata n.º82 (Anexo 02).

² Ata n.º1 da AFPCE.

Quadro 02: 1.^a Direção da FCFPE

DIREÇÃO		
Cargo	Nome	Representante do Clube
Presidente	Orlando Martins	Associação Cantinho da Rambóia
Vice-Presidente	Américo Freitas	Clube Académico de Espinho
Tesoureiro	Jorge Sá	Magos de Anta F. C.
1.º Secretário	Rui Granja	Associação Desportiva de Esmojães
2.º Secretário	José Carvalho	Leões Bairristas F. C.

Na Assembleia Geral de Clubes de 05 de agosto de 1986³, foi proposto pela Direção e com aprovação dos associados presentes, a alteração do nome da FCFPE para Associação Futebol Popular do Concelho de Espinho, adiante designada por AFPCE e elaboração de um projeto de estatutos (Anexo 03).

2.3.1.1. Federação de Futebol Popular do Norte

Em fevereiro de 2000, a AFPCE filiou-se à Federação de Futebol Popular do Norte, pagando uma quota anual de valor a fixar no início de cada época desportiva pela Direção da FFPN. É uma organização, constituída por associações desportivas de vários concelhos, principalmente da região norte do País. Conforme Quadro 03, fazem parte da FFPN 16 associações desportivas.

³ Ata n.º83 da AFPCE.

Quadro 03: Associações Desportivas da FFPN

FEDERAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DO NORTE	
Concelho	Associados
Espinho	Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho
Lousada	Associação de Futebol Amador de Lousada
Guimarães	Associação de Futebol Popular de Guimarães
Felgueiras	Campeonato Futebol Amador Concelho de Felgueiras
Fafe	Associação de Futebol Popular de Fafe
Póvoa de Varzim	Associação de Futebol Popular de Póvoa de Varzim
Santo Tirso	Associação de Futebol Amador de Santo Tirso
Amarante	Federação das Associações Desportivas de Amarante
Vila do Conde	Associação de Futebol Popular de Vila do Conde
Trofa	Associação de Futebol Popular da Trofa
Penafiel	Federação de Futebol Amador do Concelho Penafiel
Barcelos	Associação de Futebol Popular de Barcelos
Paredes	Associação de Futebol Popular de Paredes
Marco de Canaveses	Liga Marcoense de Futebol Amador
Paços de Ferreira	Associação de Futebol Popular de Paços de Ferreira
Gondomar	Liga Desportiva de Gondomar

Podem participar nas provas promovidas pela Federação de Futebol Popular do Norte, os Clubes pertencentes às associações concelhias filiadas na FFPN.

As Associações Concelhias indicam no início de cada época desportiva os seus representantes na Taça dos Campeões e na Taça da Federação, sendo obrigatória a participação em ambas as provas.

Os representantes nas provas da FFPN que a AFPCE indica, são clubes que participam no campeonato da 1.^a Divisão, sendo que o 1.^o classificado entra na Taça dos Campeões e as equipas do 2.^o ao 6.^o classificado entram na Taça da Federação.

2.3.2. Conceção

A Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho – AFPCE, foi constituída, por escritura em 16 de fevereiro de 1989, no Cartório Notarial de Espinho e publicada em Diário da República em 31 de março de 1989 (Anexo 04). A sua sede provisória era na junta de freguesia de Anta, situada na rua do Passal, nº1, Anta, 4500-056 Espinho, pertencente à União de freguesias de Anta e Guetim, concelho de Espinho, distrito de Aveiro.

Em 15 de julho de 2013, em Assembleia Geral de Clubes, os estatutos foram alterados e aprovados por unanimidade (Anexo 05).

As alterações aos estatutos referem a atualização da morada da sede social e o objeto (Anexo 05). A localização passou para a rua 41 Avenida João de Deus, 1.ª Loja nascente s/n, Edifício Fórum de Arte e Cultura de Espinho, na freguesia e concelho de Espinho, 4500-056, distrito de Aveiro. E o objeto foi alterado para:

- a) Promover a prática do desporto em geral, coordenando a ação dos Clubes filiados nesta, com sede neste concelho;
- b) Propor planos de ação para fomento das modalidades de futebol de onze e de salão em qualquer escalão;
- c) Promover campeonatos, provas ou simples manifestações de caráter desportivo no âmbito desta Associação;
- d) Promover os valores da ética e espírito desportivo.

2.3.2.1. Regulamentos Oficiais

De acordo com os seus estatutos⁴ (Anexo 05), a AFPCE tem regulamentos próprios, aprovados pelos associados em assembleia geral de clubes. Estes são instrumentos que regulam o normal funcionamento da associação, a organização das provas, a disciplina dos agentes desportivos e a arbitragem.

A Assembleia Geral de Clubes é o órgão social da AFPCE onde é:

- Debatido e aprovado, sob propostas da Direção e dos associados, as linhas de orientação da atividade da associação, apreciar, decidir alterações a Estatutos e Regulamentos;
- Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
- Decidir sobre admissão e exclusão de qualquer associado;
- Proceder a atos eleitorais;
- Decidir sobre a pena de mandato;
- Apreciar e aprovar o orçamento, plano de atividades e relatório de contas, entre outras competências que só vigorarão na AFPCE com aprovação da maioria dos associados presentes conforme estatutos em vigor.

E neste sentido, estão em vigor, após aprovação, os seguintes regulamentos:

- O Regulamento Interno, que rege as normas internas da associação;
- O Regulamento Oficial de Provas, que regula todas as provas desportivas organizadas pela associação;
- O Regulamento Disciplinar, que rege os poderes disciplinares exercidos pelo Conselho de Disciplina, sancionando as infrações cometidas nas provas desportivas aos agentes desportivos e ao próprio associado, em

⁴ Estatutos aprovados em Assembleia Geral de Clubes em 15 de julho de 2013 e escritura feita a 16 de abril de 2014.

primeira instância. No caso de recurso, é um instrumento que é utilizado também pelo Conselho de Justiça;

- O Regulamento de Arbitragem, que é uma ferramenta utilizada pelo Conselho de Arbitragem dirigido aos árbitros principais, árbitros assistentes e 4.ºs árbitros.

2.3.2.2. Dirigentes e Sócios

Conforme os estatutos em vigor (Anexo 05) na secção III, Capítulo III, a Direção é o órgão colegial a quem compete a gestão administrativa e financeira.

Quadro 04: Direção da AFPCE 2014/2016

DIREÇÃO AFPCE		
Cargo	Nome	Representante do Clube
Presidente	José Carlos Teixeira	Grupo Desportivo Regresso
Vice-Presidente	Marco Ferreira	Associação Desportiva Convívio Corga de Silvalde
Tesoureiro	Hélder Freitas	Grupo Desportivo Estrelas Vermelhas
Secretário	Nuno Freitas	Grupo Desportivo da Idanha
Vogal	João Folha	Império Anta Futebol Clube

Atualmente, a associação é composta por 27 associados/clubes, distribuídos pelas 4 freguesias do concelho, conforme quadro geral de clubes na época 2015/2016, (Quadro 05). No anexo 07 seguem as fichas que identificam os clubes.

Quadro 05: Clubes época 2015/2016

CLUBES 2015/2016		
Freguesia	Clube	N.º Ficha
Espinho	Associação Cantinho da Rambóia Futebol Clube	01
	Associação Desportiva Rio Largo Clube de Espinho	02
Silvalde	Associação Desportiva Convívio Corga de Silvalde	03
	Associação Desportiva Cruzeiro de Silvalde	04
	Associação Leões Bairristas Futebol Clube	05
	Grupo Desportivo Estrelas Vermelhas	06
	Grupo Desportivo dos Outeiros	07
	Grupo Desportivo Regresso	08
	Juventude dos Outeiros	09
Paramos	Associação Águias de Paramos	10
	Associação Desportiva da Lomba	11
	Associação Desportiva Quinta de Paramos	12
	Associação Grupo Desportivo Juventude da Estrada	13
	Grupo Recreativo Bemfazer Cultura e Desporto de Paramos "Os Morgados"	14
União das freguesias de Anta e Guetim	Associação Desportiva de Esmojães	15
	Águias da Quinta Futebol Clube	16
	Grupo Desportivo Bairro da Ponte de Anta	17
	Império Anta Futebol Clube	18
	Juventude Desportiva da Aldeia Nova	19
	Magos Futebol Clube Anta	20
	Novasemente Grupo Desportivo	21
	Associação Desportiva Guetim Futebol Clube	22
	Estrelas da Divisão Futebol Clube	23
	Grupo Desportivo a Ronda	24
	Associação Desportiva Recreativa Ponte Anta	25
	Grupo Desportivo da Idanha	26
	Grupo Recreativo Estrelas da Ponte D'Anta	27

2.3.3. Estrutura Orgânica

2.3.3.1. Organograma 2012/2014

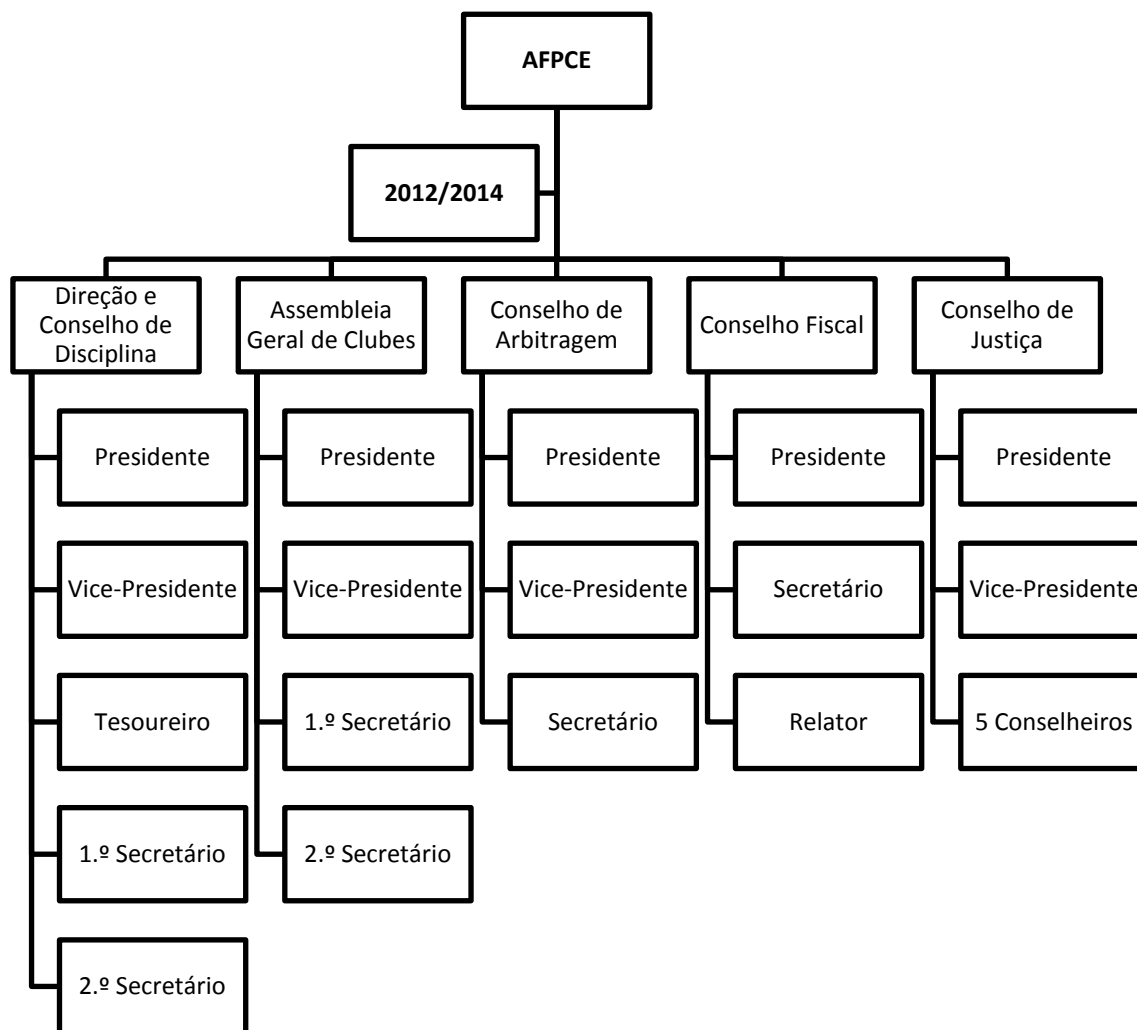


Figura 01: Organograma AFPCE 2012/2014

2.3.3.2. Organograma 2014/2016

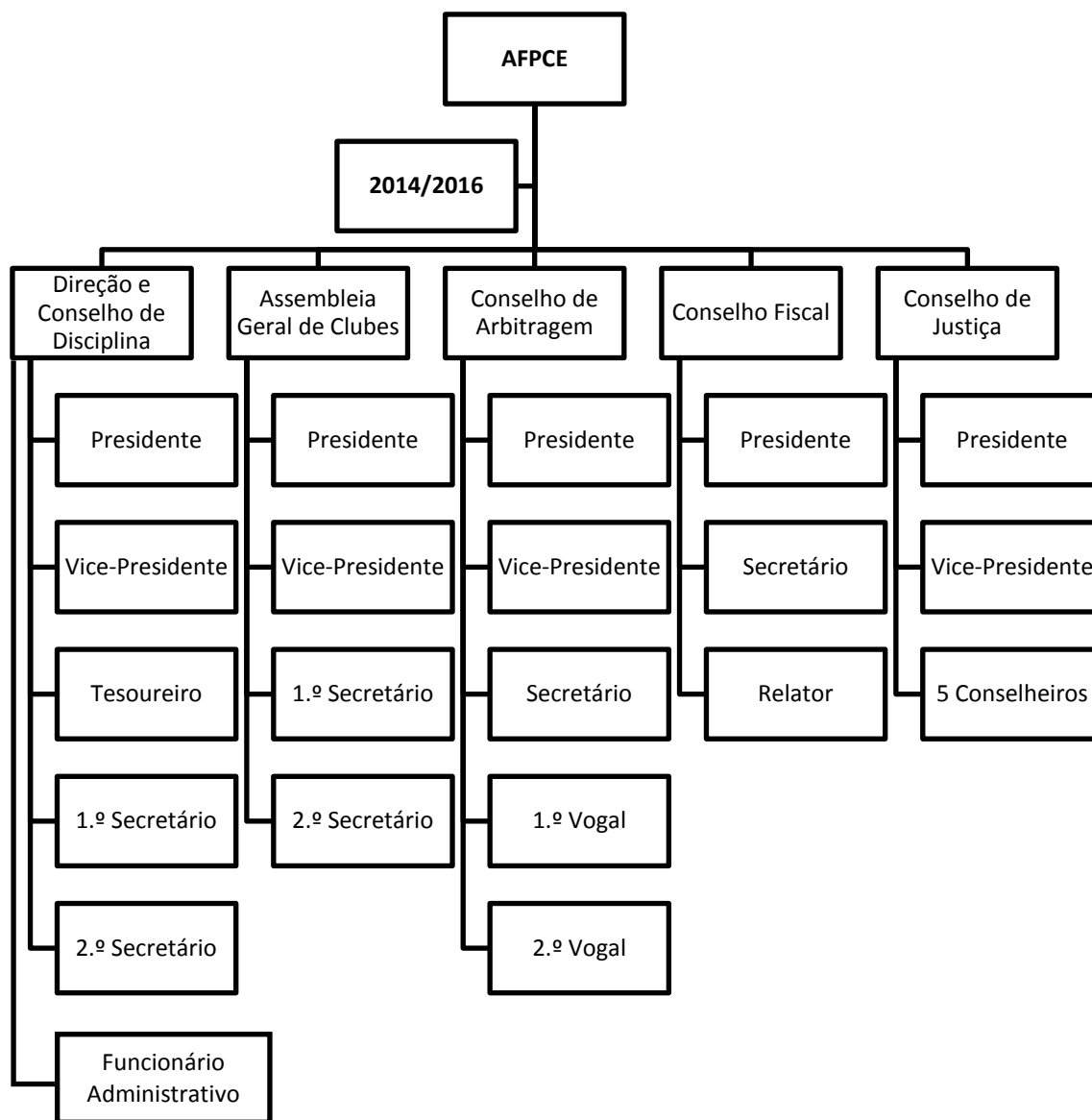


Figura 02: Organograma AFPCE 2014/2016

2.3.4. Enquadramento geográfico

2.3.4.1. Concelho de Espinho

A Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho esta sediada na cidade de Espinho. Este é um concelho de dimensões pequenas, com população residente de 31 786 habitantes (Censos, 2001) e que após a reorganização administrativa do território português passou a ser composto por quatro freguesias. Espinho pertence à região norte de Portugal e faz fronteira com o concelho de Vila Nova de Gaia a norte, a leste com o concelho de Santa Maria da Feira, a sul com o concelho de Ovar e a oeste pelo Oceano Atlântico (Figura 03). A cidade também faz parte da Área Metropolitana do Porto apesar de pertencer ao Distrito de Aveiro.

Relatando um pouco a origem do seu nome, segundo a lenda narrada por Pereira (1970, p.11), *“conta-se que os dois galegos (Eugénio e Márcio Esteves após naufrágio), uma vez alcançada a praia, agarrados a uma prancha salvadora, se deram ao cuidado de verificar de que madeira era feita e, enquanto que um dizia ser de castanho, o outro afirmava, perentoriamente, ser de pinho, e, assim, no seu falar galego, exclamava: No! És pino! e que, desta discussão, teria nascido o nome de Espinho”*.

No estudo feito por Quinta (1999, p.11), o nome Espinho é proveniente de *“lugar de S. Félix da Marinha a norte da cidade, e deve o seu nome à “Vila” romana de SPINO aí existente aquando da ocupação romana da Península Ibérica. Hoje, S. Félix da Marinha pertence ao concelho de Vila Nova de Gaia”*.

O autor segue e refere que *“Nascida há 200 anos de um pequeno lugar de pescadores, Espinho tornou-se famosa praia de banhos. Lutando contra o mar, invejas e contrariedades, foi evoluindo e progredindo até alcançar a cidadania”* (Quinta, 1999, p.9).

No entanto, hoje, esta é uma cidade moderna que alberga muitos turistas nacionais e estrangeiros, graças à proximidade do Aeroporto Sá

Carneiro, das autoestradas e da linha de caminho-de-ferro. Ela é ainda reconhecida pela forma que está disposta, com ruas perpendiculares entre si e a toponímia numérica. Uma cidade implantada à beira-mar, com tradição nas origens piscatórias onde se pratica a tradicional pesca da Arte xávega ou xávena. Espinho, além das excelentes praias, ainda oferece atividades culturais de lazer e desportivas. Existem várias infraestruturas de apoio às atividades tais como: Oporto Golfe Club (fundado em 1890); Piscina Municipal de água salgada descoberta e de tratamentos; Piscina Municipal de água quente coberta; Complexo de ténis; Nave Polivalente Desportiva; Karting; Centro Hípico; Aeródromo; Casino; Centro de Multimeios; Auditórios; Cinema; Galerias de Exposição; Museu Municipal; entre outros equipamentos de apoio.



Figura 03: Localização do concelho de Espinho

2.3.4.2. Escritório / Sede Social

A Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho situa-se na cidade e freguesia de Espinho, Distrito de Aveiro – Portugal (Figura 04), com sede social no Edifício do Fórum de Arte e Cultura de Espinho situada na Rua 41, 1ª loja nascente, 4500-056 Espinho. Este Edifício é resultado da reabilitação da antiga Fábrica Brandão Gomes. Este é um espaço dedicado à investigação, ao desenvolvimento cultural e à prestação de serviços à comunidade. O rés-do-chão do edifício é composto pelo museu municipal, um auditório com capacidade para 134 lugares sentados, duas salas para formação, vários escritórios e lojas exteriores.

A AFPCE está sediada numa loja exterior a este edifício e conta com o apoio do auditório e das duas salas de formação para reuniões, assembleias, cerimónias e formação dos clubes.



Figura 04: Localização da Sede Social da AFPCE

2.3.4.3. Instalações Desportivas

As cinco instalações desportivas utilizadas nos campeonatos organizados pela AFPCE no concelho de Espinho, têm sofrido constantes alterações estruturais. Três destes equipamentos são de propriedade pública e dois de propriedade privada.

Estas alterações estruturais dos equipamentos desportivos, tem sido acompanhado junto dos proprietários dos complexos desportivos. Conforme Faria et al (2006, p.64), *“Esta etapa implicará, necessariamente, o desenvolvimento de ações de sensibilização geral junto dos decisores e dos responsáveis pela promoção da oferta de espaços para usos desportivos, aos mais variados níveis de representação política, institucional e associativa, quanto à necessidade de assentar novas premissas e critérios de programação que promovam a oferta de espaços desportivos, concebidos e estruturados em moldes inovadores, flexíveis e diversificados, mais acessíveis e ajustados às necessidades de todos os grupos da população”*.

Observando o Quadro 06, verifica-se que as associações desportivas pertencentes à AFPCE não têm instalações desportivas próprias. Os complexos e campos desportivos são pertença de privados ou entidades públicas.

Quadro 06: Instalações Desportivas

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS		
Complexos / Campos	Propriedade	Gestão
Cassufas	Pública	A. D. Vila Anta
Guetim	Privada	A. D. Guetim F. C.
Areosas	Privada	G. D. Idanha
Seara	Pública	J. F. Silvalde
Paramos	Pública	A. D. Paramos

2.3.4.3.1. União de freguesias de Anta e Guetim

Na União de freguesias de Anta e Guetim, existem 3 campos para a prática de futebol, o Complexo Desportivo de Cassufas, o Campo Desportivo de Guetim e o Campo Desportivo das Areosas. O Complexo Desportivo de Cassufas (Figura 05), situado em Anta, é um equipamento desportivo que dá apoio a treinos e competições a 7 equipas inseridas no campeonato de futebol popular da freguesia, nomeadamente:

- Associação Desportiva de Esmojães;
- Águias da Quinta Futebol Clube;
- Grupo Desportivo Bairro da Ponte de Anta;
- Império Anta Futebol Clube;
- Juventude Desportiva da Aldeia Nova;
- Magos Futebol Clube Anta;
- Novasemente Grupo Desportivo.

Este equipamento desportivo é de propriedade pública e gerido pela Associação Desportiva da Vila de Anta. Esta associação foi criada pelos clubes que utilizam o complexo desportivo, para fazer a gestão e manutenção do mesmo. Este é constituído por 1 campo de jogos sintético, 1 ringue, 7 balneários, 1 bar, WC's e estacionamento automóvel de apoio ao público. Os jogos para a competição, fator casa das 7 equipas, são realizados aos sábados e domingos, conforme matriz do sorteio. Aos sábados podem ser realizados 3 jogos, às 15h00; 17h00 e 19h00, aos domingos joga-se sempre às 10h00. Também, quando necessário jogar à semana, os jogos são às 3.ªs feiras e 4.ªs feiras às 20h30.



Figura 05: Complexo Desportivo de Cassufas

O Campo Desportivo de Guetim (Figura 06) situado em Guetim, é de propriedade privada que por sua vez foi entregue à Associação Desportiva de Guetim Futebol Clube para fazer a gestão e manutenção. Este é constituído por 1 campo em terra batida, 3 balneários, 1 bar, WC's e estacionamento automóvel de apoio ao público. Este equipamento desportivo dá apoio a treinos e competições a 3 equipas da freguesia, nomeadamente:

- Associação Desportiva Guetim Futebol Clube;
- Estrelas da Divisão Futebol Clube;
- Grupo Desportivo a Ronda.

Os jogos para a competição, fator casa das 3 equipas, são realizados aos sábados e domingos, conforme matriz do sorteio. Aos sábados é realizado 1 jogo, às 15h00, aos domingos joga-se sempre às 10h00. Durante a semana, não se realizam jogos neste campo por falta de condições de iluminação.



Figura 06: Campo Desportivo de Guetim

O Campo Desportivo das Areosas (Figura 07) no lugar da Idanha, é de propriedade privada, mas a gestão e manutenção é feita pelo Clube – Grupo Desportivo da Idanha. Este é constituído por 1 campo em terra batida, 3 balneários, 1 bar e WC's de apoio ao público. Este equipamento desportivo dá apoio a treinos e competições a 3 equipas da freguesia, nomeadamente:

- Associação Desportiva Recreativa Ponte Anta;
- Grupo Desportivo da Idanha;
- Grupo Recreativo Estrelas da Ponte D'Anta.

Os jogos para a competição, fator casa das 3 equipas, são realizados aos sábados e domingos, conforme matriz do sorteio. Aos sábados é realizado 1 jogo, às 15h00, aos domingos joga-se sempre às 10h00. Durante a semana, não se realizam jogos neste campo por falta de condições de iluminação.



Figura 07: Campo Desportivo das Areosas

2.3.4.3.2. Complexo Desportivo da Seara

O Complexo Desportivo da Seara (Figura 08) situado na freguesia de Silvalde, é propriedade pública e gerido pelo pelouro do desporto da Junta de freguesia de Silvalde. Este está equipado com 1 campo de jogos sintético, 1 ringue, 6 balneários, WC's e estacionamento automóvel de apoio ao público. Este equipamento desportivo dá apoio a treinos e competições a 7 equipas da freguesia, nomeadamente:

- Associação Desportiva Convívio Corga de Silvalde;
- Associação Desportiva Cruzeiro de Silvalde;
- Associação Leões Bairristas Futebol Clube;
- Grupo Desportivo Estrelas Vermelhas;
- Grupo Desportivo dos Outeiros;
- Grupo Desportivo Regresso;
- Juventude dos Outeiros.

Os jogos para a competição, fator casa das 7 equipas, são realizados aos sábados e domingos, conforme matriz do sorteio. Aos sábados são realizados 2 jogos, às 15h00 e 17h15, aos domingos às 10h00 e 15h00. Também, quando necessário jogar à semana, os jogos ocorrem às 3.ªs feiras e 4.ªs feiras às 20h30.



Figura 08: Complexo Desportivo da Seara

2.3.4.3.3. Complexo Desportivo de Paramos

O Complexo Desportivo de Paramos (Figura 09) está situado na freguesia de Paramos. Este equipamento desportivo dá apoio a treinos e competições a 7 equipas: 5 equipas da freguesia de Paramos e 2 equipas da freguesia de Espinho, nomeadamente:

Freguesia de Espinho:

- Associação Cantinho da Rambóia Futebol Clube;
- Associação Desportiva Rio Largo Clube de Espinho.

Freguesia de Paramos:

- Associação Águias de Paramos;
- Associação Desportiva da Lomba;
- Associação Desportiva Quinta de Paramos;
- Associação Grupo Desportivo Juventude da Estrada;
- Grupo Recreativo Bemfazer Cultura e Desporto de Paramos "Os Morgados"

Este é propriedade pública e gerido pela Associação Desportiva de Paramos. Esta associação foi criada pelos clubes que utilizam o complexo desportivo para fazer a gestão e manutenção do mesmo. É constituído por 1 campo de jogos sintético, 5 balneários, 1 bar, WC's e estacionamento automóvel de apoio ao público. Os jogos para a competição, fator casa das 7 equipas, são realizados aos sábados e domingos, conforme matriz do sorteio. Aos sábados são realizados 3 jogos, às 14h30, 16h30 e 18h30, aos domingos sempre às 10h00. No fim-de-semana que se realize 2 jogos ao sábado o horário passa para as 15h00 e 17h00. Também, quando necessário jogar à semana, os jogos ocorrem às 3.ªs feiras e 4.ªs feiras às 20h30.



Figura 09: Complexo Desportivo da freguesia de Paramos

2.3.5. Princípios Estratégicos

Esta é uma associação de futebol popular que tem e continua a ter um importante papel social na comunidade local, na promoção do desporto, assim como no desenvolvimento do associativismo das coletividades desportivas Espinhenses. A AFPCE tem como principal missão organizar competições de futebol amador nas 4 freguesias pertencentes ao concelho de Espinho, fazer a gestão económica e financeira e dar apoio administrativo aos associados. Do ponto de vista económico e financeiro, a AFPCE faz a sua gestão de acordo com os apoios atribuídos pelo município de Espinho, principal financiadora deste movimento associativo. Devido à redução no apoio financeiro nestes últimos anos, fez-se uma reorganização das despesas, como a renda da sede social, comunicações, prova desportiva, protocolos, entre outras.

Como o futebol popular é um complemento à vida de cada agente desportivo, esta direção pauta por dar boas condições nas provas que organiza, formações e ações de sensibilização desportivas.

2.3.6. Análise e Diagnóstico

2.3.6.1. Recursos humanos

Os recursos humanos da AFPCE são da responsabilidade e competência da Direção. As tarefas dos recursos humanos são executadas e partilhadas por todos os elementos da Direção, mediante a disponibilidade pessoal de cada um, visto que são dirigentes desportivos voluntários.

Conforme artigo 25.º dos Estatutos da AFPCE em vigor, compete à Direção:

- a) Gerir a atividade da AFPCE conforme os seus fins, as diretivas da Assembleia- Geral, os Estatutos e os Regulamentos;
- b) Elaborar relatórios anuais e contas do exercício, planos anuais de atividade e a proposta de orçamento e apresenta-los ao Conselho Fiscal e Assembleia Geral;
- c) Coordenar os interesses das associadas promovendo o intercâmbio, a solidariedade e a composição interna dos seus interesses, com respeito pela autonomia de cada associada e a igualdade de todas;
- d) Propor à Assembleia Geral a admissão e exclusão de associadas ou agentes desportivos;
- e) Aplicar as sanções previstas nos Estatutos ou Regulamentos Internos aprovados pela Assembleia Geral a Clubes ou agentes desportivos;
- f) Atribuir galardões a pessoas ou entidades pelos seus méritos;
- g) Criar grupos ou comissões que sejam necessárias para atividade da AFPCE;
- h) Propor à Assembleia Geral a fixação de taxas e quotas;
- i) Solicitar pareceres ao Conselho Fiscal;
- j) Promover a realização de estudos ou projetos;
- k) Decidir sobre a participação e escolha da equipa técnica de seleções representativas da AFPCE de qualquer escalão ou modalidade em Torneios ou manifestações a realizar no concelho de Espinho ou fora dele.

Em especial ao Presidente da Direção, artigo 26.º dos Estatutos em vigor, compete:

- a) Assegurar o regular funcionamento da Direção e promover a cooperação entre os órgãos da AFPCE;
- b) Representar a AFPCE, junto das suas congéneres das freguesias do concelho, perante as instituições concelhias, Regionais ou Nacionais e organizações desportivas;
- c) Contratar e gerir o pessoal ao serviço da AFPCE;
- d) Assegurar a gestão corrente das atividades da AFPCE;

e) Delegar competências em outros membros da Direção.

O colaborador administrativo, desempenha funções de atendimento geral aos associados e dá apoio aos órgãos sociais da AFPCE, mas principalmente à Direção em matéria administrativa (inscrições dos agentes desportivos para as provas, informações e atendimento aos associados).

Quadro 07: Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS	
Cargo	Nome
Presidente	José Carlos Teixeira
Vice-Presidente	Marco Ferreira
Tesoureiro	Hélder Freitas
Secretário	Nuno Freitas
Vogal	João Folha
Administrativo	Ricardo Pereira

2.3.6.2. Evolução

Nestes últimos quatro anos, finais de 2012, a atual Direção fez alterações profundas em dois pontos importantes, na gestão administrativa e na área económica e financeira. Nos serviços administrativos, de uma forma gradual, foi criada uma base de dados dos agentes desportivos, formulários digitais, tratamento de igualdade para todos os clubes, respostas em curto prazo a esclarecimentos, mudança de localização da sede social (melhorias de acesso e condições de trabalho) e contratação de um colaborador administrativo.

Na área económica e financeira iniciou-se um processo de renegociação de alguns contratos com operadoras móveis e protocolos de colaboração (subsídio da Câmara Municipal de Espinho, rendas da sede social, gestores de campos). A contenção das despesas foi indispensável para a estabilidade dos cofres da AFPCE. Para além destes dois pontos fulcrais para gestão

organizada, também, no aspeto do dirigismo, o Conselho de Arbitragem passou de 3 membros para 5 membros, estando as freguesias do concelho todas representadas neste órgão.

2.3.6.3. Recursos Tecnológicos

2.3.6.3.1. OwnCloud

A AFPCE para dar apoio aos clubes, criou um sistema de gestão documental (Figura 10), para além de permitir a consulta e armazenamento de toda a informação relativa à AFPCE, disponibiliza ainda uma cloud de 1GB para armazenamento a cada um dos clubes. É uma ferramenta fácil de utilizar e não é complicado a nível tecnológico. O sistema de gestão documental, pode ser consultado através das formas como exemplifica o Quadro 08.

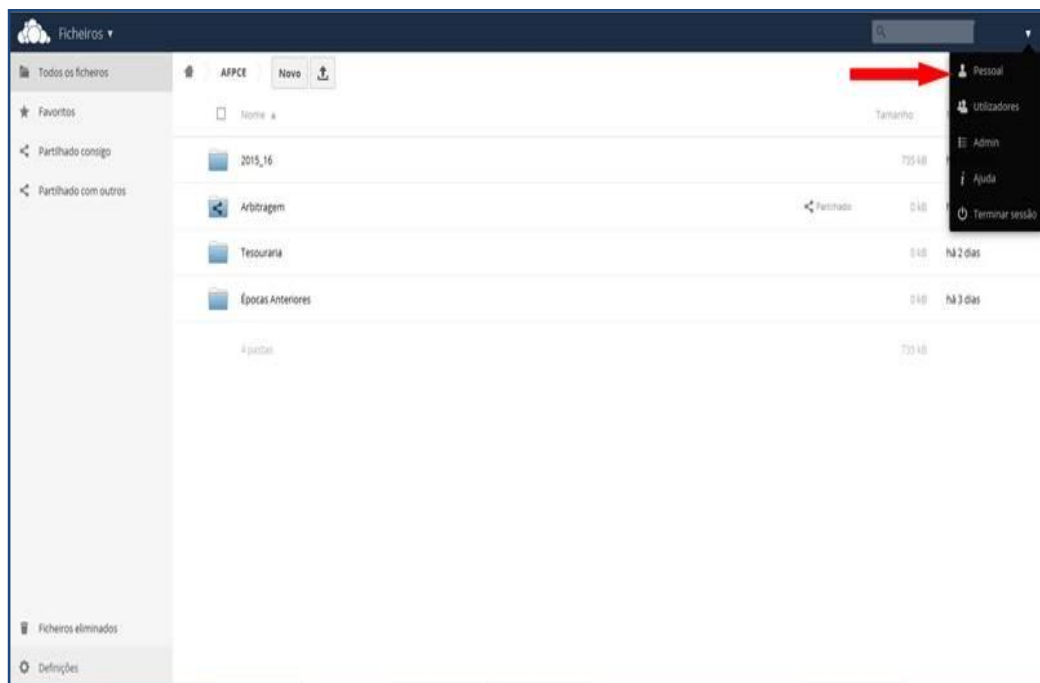


Figura 10: Acesso Owncloud

Quadro 08: Utilização da OwnCloud

OWNCLOUD	
Versão	Utilização
Internet	<ol style="list-style-type: none">1. Aceder a http://afpce.pt/documentos/;2. Introduzir os seguintes dados:<ol style="list-style-type: none">2.1 Utilizador: a ser fornecido pela AFPCE (geralmente é o nome do clube);2.2 Password: fornecida pela AFPCE
Computador	<ol style="list-style-type: none">1. Efetuar o download do aplicativo usando o https://owncloud.com/download/#desktop-clients;2. Efetuar o download para a plataforma pretendida;3. Após instalação, deve introduzir os seguintes dados:<ol style="list-style-type: none">3.1 Servidor: http://afpce.pt/documentos/;3.2 Login: a ser fornecido pela AFPCE (geralmente é o nome do clube);3.3 Password: fornecida pela AFPCE.4. Após isto, escolherá a pasta onde pretende armazenar a documentação no seu PC. A ferramenta sincronizará a documentação que ficará sempre disponível no seu Computador (mesmo que após a sincronização deligue a internet).
Smartphone ou Tablet	<ol style="list-style-type: none">1. Efetuar o download do aplicativo usando https://play.google.com/store/apps/details?id=com.ocloud24.android (Android) ou https://itunes.apple.com/us/app/owncloud/id543672169?ls=1&mt=8 (iOS). Como alternativa pode pesquisar o programa pelo nome "ocloud" na Play Store ou no iTunes.2. Após instalação, deve introduzir os seguintes dados:<ol style="list-style-type: none">2.1 Servidor http://afpce.pt/documentos/;2.2 Login: a ser fornecido pela AFPCE (geralmente é o nome do clube);2.3 Password: fornecida pela AFPCE.

2.3.6.3.2.Site

O Site da AFPCE com o endereço <http://www.afpce.pt/index.php/inicio>, existem diversas funcionalidades ao dispor dos interessados por esta associação desportiva, de fácil acesso e consulta. Assuntos relacionados com a AFPCE, resultados desportivos, estatísticas, calendário de jogos, equipas da 1.ª e 2.ª divisão, Taça Cidade de Espinho e documentação.

2.3.6.3.3. Correio Eletrónico

O correio eletrónico é o meio de comunicação utilizado para enviar e receber informação de interesse da AFPCE e dos seus associados.

Os endereços eletrónicos institucionais são:

- Geral: afpce.geral@gmail.com;
- Tesouraria: afpce.tesouraria@gmail.com;
- Conselho de arbitragem: conselhoarbitragem.afpce@gmail.com.

2.3.6.3.4. Segurança da Informação

A AFPCE protege os seus dados através de arquivos em papel e digital. O método de arquivo é organizado por datas e épocas desportivas, em papel utilizam capas de arquivo e digital utilizam as pastas no computador e no Google Drive.

Esta é a forma de preservar todos os registos das épocas desportivas e informação de relevo da associação.

2.3.6.4. Atividade Económica

2.3.6.4.1. Serviços

A AFPCE é uma associação desportiva que promove e organiza provas desportivas. Dá todo o apoio administrativo aos clubes para participar nas provas do Campeonato de futebol sénior masculino com duas divisões; Taça Cidade de Espinho; Taça Associação e Supertaça. Ao longo da época, a

associação organiza eventos desportivos, promove ações de formação em diversas áreas: arbitragem; dirigismo, treinadores e atletas. Também, organiza eventos para comemoração do aniversário da AFPCE, Natal e entrega de troféus no final da época.

2.3.6.4.2. Clientes

Segue o quadro síntese de todos os serviços e clientes da AFPCE:

Quadro 09: Serviços e Clientes da AFPCE

ATIVIDADES DA AFPCE	
Serviços	Clientes
Apoio às inscrições para as provas oficiais da AFPCE	Clubes AFPCE.
Apoio jurídico	Clubes AFPCE.
Comunicados Oficiais	Clubes AFPCE; Gestores Campos; Imprensa.
Gestão orçamental	Clubes AFPCE; Câmara Municipal de Espinho.
Protocolos / Parcerias	Câmara Municipal de Espinho; Gestores Campos; Clínicas de fisioterapia; EmRede.pt.
Organização das provas desportivas	Clubes AFPCE.
Ações de formação	Árbitros; Dirigentes; Treinadores; Atletas.
Cerimónias de entrega de troféus	Clubes AFPCE; Imprensa; Autarcas locais; Outros convidados.
Festa de Aniversário da AFPCE	Clubes AFPCE; Imprensa; Autarcas locais; Outros convidados.
Convívio de Natal	Clubes AFPCE

2.3.6.4.3. Situação Económica/Financeira

Segue o quadro 10 e gráfico 01 que traduz as despesas de 2013 a 2015 da AFPCE:

Quadro 10: Despesas da AFPCE

	DESPESAS 2013	DESPESAS 2014	DESPESAS 2015
GESTÃO	10 890,87 €	11 432,71 €	12 314,93 €
Oculto	3 110,00 €	5 094,60 €	4 276,20 €
Oculto	2 029,55 €	979,03 €	1 025,90 €
Oculto	1 383,93 €	290,56 €	116,13 €
Oculto	177,30 €	108,41 €	168,87 €
Oculto	15,71 €	5,00 €	5,50 €
Oculto	91,15 €	167,60 €	208,80 €
Oculto	1 500,05 €	899,99 €	900,00 €
Oculto	131,80 €	52,88 €	51,94 €
Oculto	729,61 €	2 927,47 €	411,50 €
Oculto	1 386,42 €	313,55 €	641,52 €
Oculto	335,35 €	593,62 €	148,57 €
Oculto			3 500,00 €
Oculto			860,00 €
COM ASSOCIADOS	14 850,00 €	3 926,49 €	29 050,78 €
Oculto	14 850,00 €	3 900,00 €	4 050,00 €
Oculto		26,49 €	133,78 €
Oculto			3 267,00 €
Oculto			21 600,00 €
ORG. CAMPEONATOS	6 292,16 €	1 823,83 €	2 867,82 €
Oculto	6 027,16 €	1 548,83 €	1 704,12 €
Oculto			833,70 €
Oculto	265,00 €	275,00 €	330,00 €
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	20 000,00 €	10 789,00 €	8 798,00 €
Oculto	5 197,00 €	2 641,00 €	2 290,00 €
Oculto	1 482,00 €	913,00 €	1 086,00 €
Oculto	4 494,00 €	2 390,00 €	2 305,00 €
Oculto	5 857,00 €	2 801,00 €	2 170,00 €
Oculto	1 038,00 €	620,00 €	0,00 €
Oculto	1 932,00 €	1 424,00 €	947,00 €
FFPN	1 668,72 €	1 070,15 €	1 260,35 €
Oculto	148,72 €	130,15 €	161,35 €
Oculto	100,00 €	175,00 €	189,00 €
Oculto	60,00 €	60,00 €	0,00 €
Oculto	1 360,00 €	640,00 €	560,00 €
Oculto	0,00 €	65,00 €	350,00 €
TOTAL DE DESPESAS	53 701,75 €	29 042,18 €	54 291,88 €

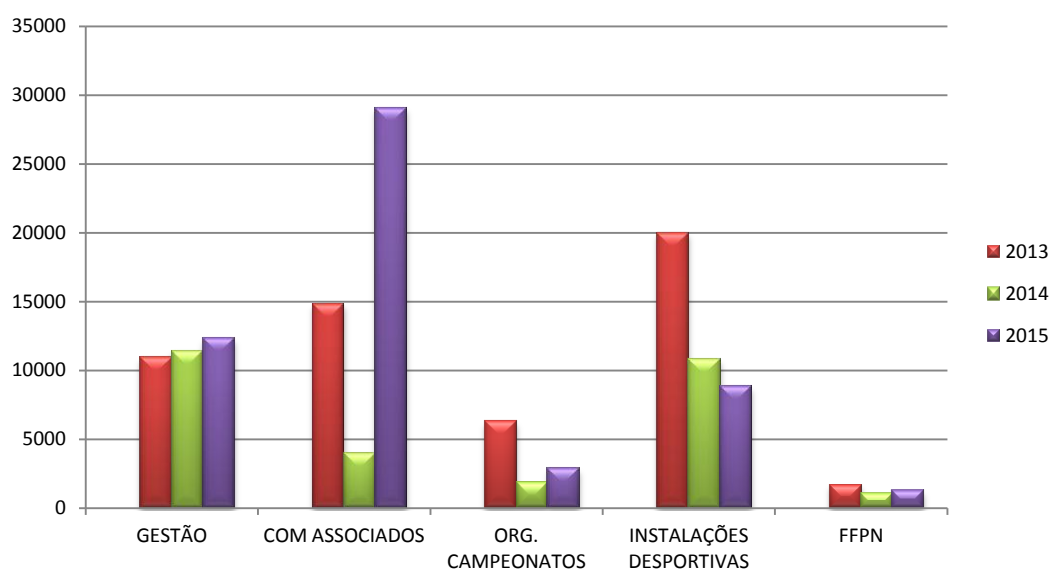


Gráfico 01: Despesas da AFPCE

Analisando a rubrica de gestão, houve um acréscimo de despesa anual porque a Direção comprou equipamentos informáticos e mobiliários de escritório para as novas instalações da sede social. A rubrica com associados é um valor que a AFPCE dá de apoio financeiro aos clubes, em 2013 rondava o valor de 15.000€ porque foram transferidos apoios que estavam em atraso e em 2015 a despesa tornou a aumentar porque o município transferiu as verbas de apoio aos clubes via AFPCE. As rubricas de organizar campeonatos e instalações desportivas diminuíram em virtude de renegociação de contratos e protocolos. A rubrica da FFPN não sofreu grandes alterações.

Segue o quadro 11 e gráfico 02 que traduz as receitas de 2013 a 2015 da AFPCE:

Quadro 11: Receitas da AFPCE

	RECEITAS 2013	RECEITAS 2014	RECEITAS 2015
ORGANIZAÇÃO CAMPEONATO	11 222,00 €	10 334,00 €	10 320,00 €
Oculto	4 003,50 €	4 313,00 €	3 772,00 €
Oculto	2 700,00 €	2 600,00 €	2 700,00 €
Oculto	2 968,00 €	2 512,00 €	2 550,00 €
Oculto	275,00 €	310,00 €	350,00 €
Oculto	180,00 €	155,00 €	50,00 €
Oculto	565,50 €	144,00 €	108,00 €
Oculto	530,00 €	300,00 €	790,00 €
SUBSÍDIOS	65 050,00 €	21 500,00 €	45 600,00 €
Oculto	59 050,00 €	15 000,00 €	18 000,00 €
Oculto	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €
Oculto		500,00 €	0,00 €
Oculto			21 600,00 €
DIVERSOS	1 329,00 €	1 152,53 €	1 015,52 €
Oculto	960,00 €	880,00 €	480,00 €
Oculto	369,00 €	207,00 €	100,00 €
Oculto		65,52 €	435,52 €
Oculto		0,01 €	
TOTAL DE RECEITAS	77 601,00 €	32 986,53 €	56 935,52 €

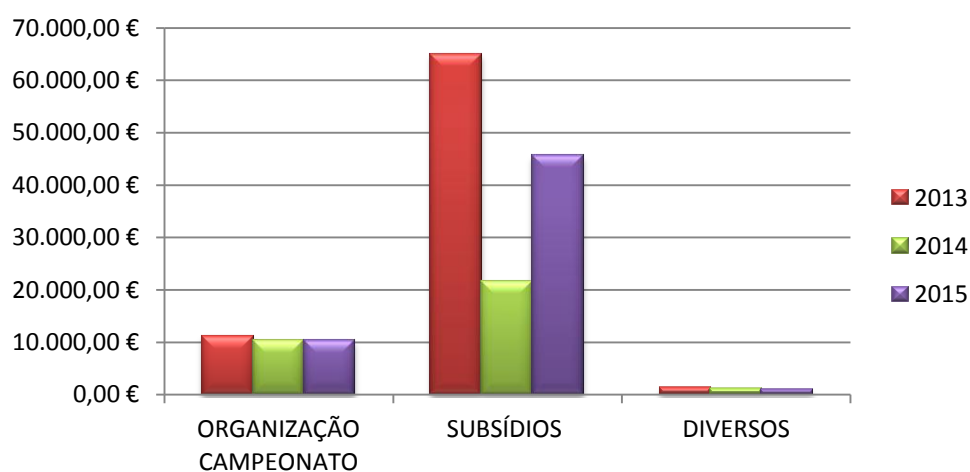


Gráfico 02: Receitas da AFPCE

As grandes alterações nas rubricas apresentadas nas receitas, salientam-se os subsídios de apoio municipal nos anos de 2013 e 2015. Em 2013 houve um aumento na entrada de verbas porque eram apoios dos anos anteriores que não tinham sido transferidos. Em 2015 voltou a subir porque o município decidiu transferir as verbas de apoio aos clubes via AFPCE.

Segue o quadro 12 e gráfico 03 que traduz as dívidas a fornecedores de 2012 a 2015 da AFPCE:

Quadro 12: Dívidas a fornecedores em 31/12

	DÍVIDAS A FORNECEDORES EM 31/12			
	2012	2013	2014	2015
Oculto	1.885,37 €	383,80 €	0,00 €	236,08 €
Oculto	3.200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Oculto	9.000,00 €	10.266,00 €	10.276,20 €	5.500,00 €
Oculto	11.237,00 €	4.470,00 €	3.585,00 €	3.279,00 €
Oculto	663,50 €	5.001,00 €	80,00 €	0,00 €
Oculto	7.425,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	33.410,87 €	20.120,80 €	13.941,20 €	9.015,08 €

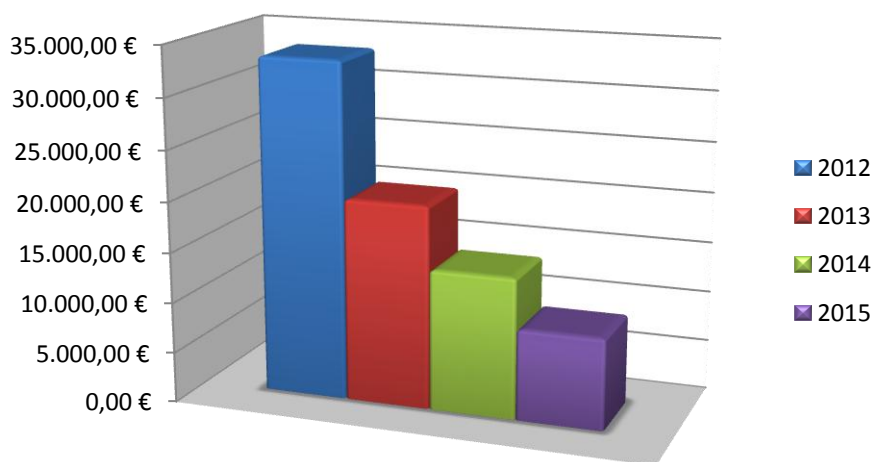


Gráfico 03: Dívidas a fornecedores em 31/12

As dívidas a fornecedores tem vindo a diminuir de ano para ano porque a AFPCE tem sido rigorosa e disciplinada no pagamento de dívidas e controlo de despesas.

Segue o quadro 13 e gráfico 04 que traduz os meios financeiros líquidos de 2012 a 2015 da AFPCE:

Quadro 13: Meios Financeiros Líquidos em 31/12

	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS EM 31/12			
	2012	2013	2014	2015
CAIXA	148,01 €	462,13 €	1 547,53 €	3 092,90 €
BANCO	374,21 €	29 056,99 €	26 948,59 €	27 416,17 €
TOTAL	522,22 €	29 519,12 €	28 496,12 €	30 509,07 €

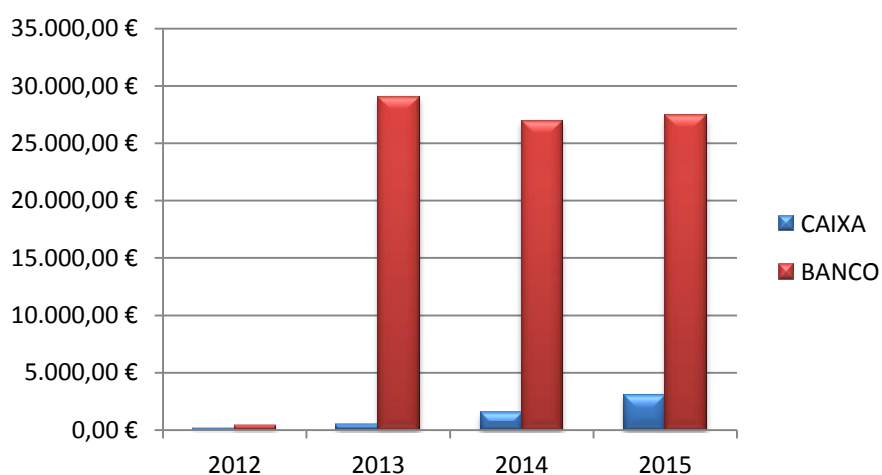


Gráfico 04: Meios Financeiros Líquidos em 31/12

O gráfico 04 espelha os meios financeiros líquidos da AFPCE em caixa e na conta bancária que possui.

Segue o quadro 14 e gráfico 05 que traduz o balanço de 2013 a 2015 da AFPCE:

Quadro 14: Balanço da AFPCE

BALANÇO DO PERÍODO EM 31/12		
2013	2014	2015
29 519,12 €	4 082,62 €	2 643,64 €

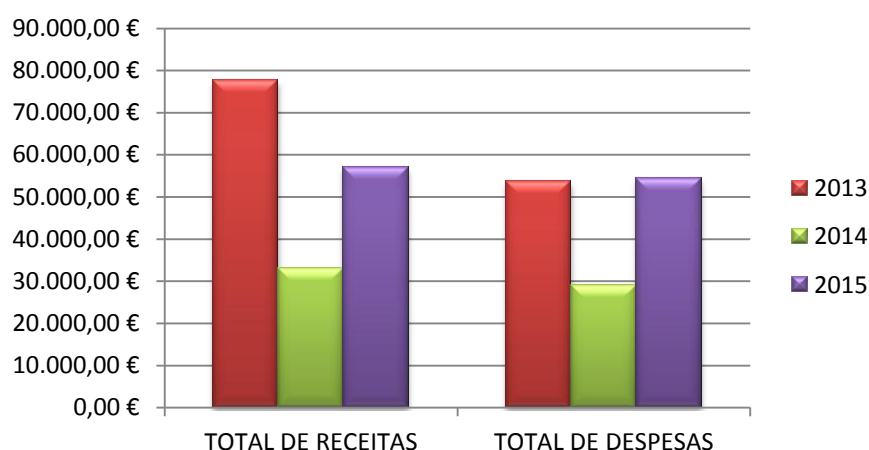


Gráfico 05: Total de Receitas e Despesas de 2013 a 2015

O gráfico 05 é o balanço do período em 31/12 de receitas e despesas com saldo positivo. Estes valores vêm diminuindo porque a AFPCE tem vindo a liquidar dívidas a fornecedores.

2.3.6.5. Agentes desportivos

Todos os Clubes, conforme o Regulamento de Oficial de Provas, podem inscrever nas provas da AFPCE 25 atletas até 31/12. Estes números, podem

ser alterados caso se comprove, clinicamente, lesões graves que afaste por um período longo ou se o atleta enverede por um clube de futebol federado. Também, podem substituir 5 atletas no período de 01 a 31 de janeiro.

Quanto a diretores, treinadores, massagistas não há um número fixo de inscrições por Clube.

Os Clubes ao abrigo do Regulamento de Provas, são obrigados a indicar 5 elementos para constituir equipas de arbitragem.

2.3.6.5.1. Arbitragem

As equipas de arbitragem são constituídas por 3 elementos. Estas equipas são da responsabilidade dos Clubes e ficam à disposição do Conselho de Arbitragem. Estes fazem os sorteios ou nomeações para os jogos. O modelo que está implementado determina que os árbitros que pertencem às equipas da 1.^a divisão arbitram os jogos da 2.^a divisão e os da 2.^a divisão arbitram os jogos da 1.^a divisão. Outra condição é que cada equipa de arbitragem não pode arbitrar um clube mais de cinco vezes na mesma época desportiva, salvo casos de exceção.

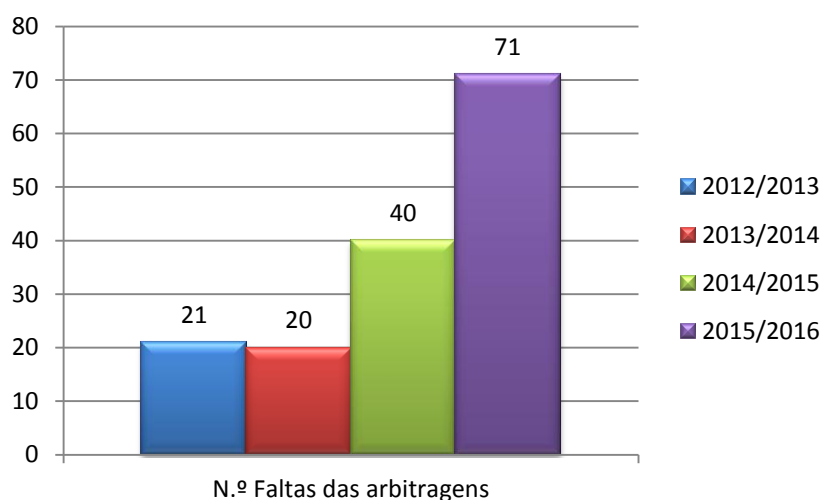


Gráfico 06: N.º de faltas de arbitragem | épocas 2012/2013 a 2015/2016.

O gráfico 06 comprova o elevado número de faltas de elementos de arbitragem aos jogos oficiais ao longo das 4 épocas desportivas em estudo. Os clubes para cumprirem o regulamento oficial de provas são obrigados a inscrever uma equipa de arbitragem com número mínimo de 5 elementos, para salvaguardar eventuais impossibilidades de algum árbitro faltar por razões pessoais ou profissionais. De acordo com os documentos oficiais da AFPCE, nomeadamente a bases de dados das inscrições e os registos nos relatórios dos jogos, verificou-se que alguns elementos que seriam para colmatar impossibilidades de outros colegas, nunca estão disponíveis para arbitrar. Os clubes inscrevem estes elementos para cumprir os regulamentos oficiais.

De referir que também dá entrada na AFPCE, por parte dos clubes, exposições e reclamações sobre o mau trabalho desenvolvido pelas equipas de arbitragem nos jogos oficiais

3. METODOLOGIA

3.1. Participantes

Participaram no estudo os 4 Presidentes de cada órgão social da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho.

- Presidente da Assembleia Geral de Clubes;
- Presidente da Direção;
- Presidente do Conselho Fiscal;
- Presidente do Conselho de Arbitragem.

Para a seleção de participantes, observou-se a importância que estes dirigentes têm no desenvolvimento do desporto popular em Espinho. No Quadro 15, é descrito o perfil de cada participante e sua relevância na comunidade do futebol popular.

Quadro 15: Participantes do Estudo

PARTICIPANTES DO ESTUDO	
Participantes	Relevância Diretiva
Presidente da Assembleia Geral de Clubes	<ul style="list-style-type: none">• Fundador de um clube que foi fundador da AFPCE;• Presidente da Assembleia Geral de Clubes há vários mandatos;• Diretor do Clube – Magos Futebol Clube de Anta;
Presidente da Direção	<ul style="list-style-type: none">• Responsável pela gestão administrativa, financeira e provas desportivas;
Presidente do Conselho Fiscal	<ul style="list-style-type: none">• Fundador da AFPCE;• Presidente da Conselho Fiscal há vários mandatos;• Responsável pela gestão do complexo desportivo de Paramos;• Diretor do Clube – A. G. D. Juventude da Estrada;
Presidente do Conselho de Arbitragem	<ul style="list-style-type: none">• Responsável pela gestão da arbitragem;• Presidente da A. D. de Esmojães.

Os participantes são pessoas com profundo conhecimento sobre a organização. Desde o início destas competições, pertenceram a associações desportivas como atletas até à função de dirigentes.

3.2. Processo de recolha de dados

Utilizamos a entrevista semiestruturada como uma das técnicas que melhor se enquadra para a recolha de informação que nos permitissem responder ao problema e objetivos estabelecidos. As entrevistas semiestruturadas, segundo Quivy & Campenhoudt (2005), são as mais utilizadas na investigação social, normalmente o entrevistador formula perguntas guias a propósito de receber informação do entrevistado e, tanto quanto possível, deixará o entrevistado falar abertamente.

A análise documental constituiu-se como uma técnica fundamental de recolha de dados, pois permitiu analisar todo o conjunto de documentos oficiais da entidade em estudo.

Os guiões das entrevistas foram elaborados após análise documental da organização e pesquisas bibliográficas. O Guião da entrevista foi validado por um corpo de peritos com larga experiência na validação destes instrumentos. O corpo de peritos foi composto por 2 professores universitários, 1 de nacionalidade Portuguesa e 1 Moçambicano. Importa referir que estes peritos estão acreditados em centros de investigação com prestígio a nível nacional e internacional.

As entrevistas decorreram nas instalações da sede da AFPCE, no dia 15 de Julho de 2016. As entrevistas foram registadas com um gravador de áudio Olympus VN-7800, depois foram transcritas para documento Word no computador, para posterior análise e interpretação. No Quadro 16, é apresentado o tempo de duração e o código de identificação de cada entrevista.

Quadro 16: Entrevistas dos órgãos sociais | tempo de duração e código de identificação

ENTREVISTAS – ORGÃOS SOCIAIS				
Entrevistado	Data	Identificação	Hora de início	Tempo total
Presidente da Direção	15/07/2016	E1	10h30	32 minutos
Presidente da Assembleia Geral	15/07/2016	E2	11h20	35 minutos
Presidente do Conselho Fiscal	15/07/2016	E3	14H30	28 minutos
Presidente do Conselho de Arbitragem	15/07/2016	E4	16h00	25 minutos

3.3. Entrevistas

Neste âmbito, vamos analisar o conteúdo das informações obtidas através das entrevistas efetuadas aos órgãos sociais da AFPCE. Neste sentido, foram elaborados dois guiões de entrevistas:

- 1 Guião de entrevistas para:
 - Presidente da Assembleia Geral de Clubes;
 - Presidente da Direção;
 - Presidente do Conselho Fiscal.
- 1 Guião de entrevista para:
 - Presidente do Conselho de Arbitragem.

3.4. Categorização

“No conjunto de técnicas de análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do

texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.”
(Bardin, 2004, p.153).

Segundo Creswell (2003), esta etapa não é obrigatória num processo de análise de conteúdo. Contudo reforçou o nosso procedimento de análise.

Neste sentido, enunciamos as categorias que foram utilizadas para a recolha de informação:

Categoria 1 – Organização das provas desportivas

Através dos discursos dos responsáveis dos órgãos sociais da AFPCE e sustentado na revisão da literatura, a categoria 1 consiste na: Organização das provas desportivas, procuramos desta forma recolher o máximo de informação dos decisores sobre como se organiza, como se planeia, quais as dificuldades e melhorias encontradas nas provas desportivas. No Quadro 17, referimos as Unidades de Registo que se revelam nas palavras e/ou expressões nesta categoria.

Categoria 2 – Instalações desportivas

Através dos discursos dos responsáveis dos órgãos sociais da AFPCE e sustentado pela revisão da literatura, procuramos recolher o máximo de informação dos decisores no que concerne a quem são os gestores, quem são os responsáveis, quais os requisitos para as provas da AFPCE, características físicas dos complexos, quais as melhorias a desenvolver e o número de instalações existentes. No Quadro 17, referimos as Unidades de Registo que se revelam nas palavras e/ou expressões nesta categoria.

Categoria 3 – Gestão financeira

Através dos discursos dos responsáveis dos órgãos sociais da AFPCE e sustentado na revisão da literatura, nesta categoria procuramos recolher o máximo de informação dos decisores relativo do apoio do município, como é feito a gestão orçamental, como fazem para atingir objetivos orçamentais e qual o balanço dos últimos anos. No Quadro 17, referimos as Unidades de Registo que se revelam nas palavras e/ou expressões nesta categoria.

Categoria 4 – Área administrativa

Através dos discursos dos responsáveis dos órgãos sociais da AFPCE e sustentado na revisão da literatura, procuramos recolher o máximo de informação dos decisores sobre quem são os responsáveis, quem desenvolve este trabalho, o papel da sede social, que melhorias podem ser feitas e qual o futuro da AFPCE. No Quadro 17, referimos as Unidades de Registo que se revelam nas palavras e/ou expressões nesta categoria.

Categoria 5 – Dirigente Associativo em regime de voluntariado

Através dos discursos dos responsáveis dos órgãos sociais da AFPCE e sustentado na revisão da literatura, procuramos recolher o máximo de informação dos decisores relativas à entidade patronal, quais as dificuldades que existem no entendimento das competências atribuídas pelo diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado, quais os benefícios que usufrui do diploma, quais os deveres que promove e valoriza mais nas ações da AFPCE, tipo de formação em Dirigismo Desportivo e quais as vantagens que podem obter nessas formações. No Quadro 17, referimos as Unidades de Registo que se revelam nas palavras e/ou expressões nesta categoria.

Categoria 6 – Arbitragem

Através do discurso do responsável do conselho de arbitragem da AFPCE e sustentado na revisão da literatura, procuramos recolher o máximo de informação dos decisores no que diz respeito ao número de elementos de arbitragem, a seleção desses elementos, as ações de formação, a metodologia de sorteio ou nomeações, as preocupações na arbitragem e qual o futuro da AFPCE. No Quadro 17, referimos as Unidades de Registo que se revelam nas palavras e/ou expressões nesta categoria.

Quadro 17: Categorias e Unidades de Registo da AFPCE

Categorias	AFPCE	
	Unidades de Registo	
Organização das Provas Desportivas	<ul style="list-style-type: none">• Organização;• Planeamento;• Dificuldades;• Melhorias.	
Instalações Desportivas	<ul style="list-style-type: none">• Gestores;• Responsáveis;• Características dos complexos;• Melhorias a desenvolver.	
Gestão Financeira	<ul style="list-style-type: none">• Apoio Municipal;• Gestão orçamental;• Balanço dos últimos 4 anos.	
Área Administrativa	<ul style="list-style-type: none">• Responsáveis;• Recursos humanos;• Sede Social;• Melhorias;• Futuro da AFPCE.	
Dirigente Associativo em Regime de Voluntariado	<ul style="list-style-type: none">• Desconhecimento;• Vantagens na formação.	
Arbitragem	<ul style="list-style-type: none">• N.º elementos arbitragem;• Seleção dos árbitros;• Formação;• Metodologia do sorteio ou nomeação;• Futuro da AFPCE.	

3.5. Corpus do estudo

O *Corpus* do estudo foi elaborado com base na análise e interpretação documental e das transcrições das entrevistas realizadas. Neste sentido, foram analisados:

- Documentos legais;
 - Consulta da legislação portuguesa sobre associativismo e dirigente desportivo em regime de voluntariado.
- Documentos não legais;
 - Consulta dos documentos da AFPCE: conceção da organização, planos de atividades, relatórios financeiros, planos de ação e recursos humanos.
- Transcrição das entrevistas dos Presidentes de cada órgão social da AFPCE.

3.6. Análise de dados

Na análise documental à entidade em estudo, foram consultados documentos que identificam a história da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho e fizemos a caracterização da entidade desde final de 2012 até final 2015.

Conforme Januário (2010) e Vala (2005), recorreremos à análise de conteúdo documental como técnica utilizada em investigação qualitativa, quando o investigador não dispõe hipóteses de partida. A escolha desta técnica apoia-se, também, nas palavras de Heinemann, (2003), na análise de conteúdo, frequentemente utilizada em estudos qualitativos, sendo esta uma forma de captação sistemática e de interpretação do conteúdo dos documentos em análise. *“A análise de conteúdo incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas*

audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 226).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Chegados a este ponto, são apresentados e discutidos, os resultados obtidos na consulta documental e nas entrevistas aplicadas aos dirigentes associativos. Iniciaremos com os resultados da consulta documental da associação nas épocas desportivas de 2012 a 2016; de seguida, os resultados das entrevistas aplicadas aos Presidentes dos órgãos sociais da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho.

4.1. Análise documental

A análise do conteúdo dos documentos da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho, revela que esta associação desempenha um papel na sociedade espinhense de grande valor social. Verificamos que, promove e desenvolve a modalidade de futebol, há mais de três décadas sem interrupção, envolve cerca de 1000 agentes desportivos de todas as classes sociais do concelho e concelhos limítrofes. Entre organizar as provas desportivas e, gerir administrativamente e financeiramente, funciona 11 meses por ano. A AFPCE não é proprietária de instalações desportivas nem da sede social. Contudo, assegura toda a sua estrutura organizativa, efetuando protocolos de colaboração com os proprietários dos campos e complexos desportivos, como também, com a entidade proprietária do espaço físico onde funciona a sede social. Fazem uma gestão financeira disciplinada, cumprindo o plano orçamental previsto de despesas. Conforme documentos, a sustentabilidade financeira da AFPCE é fruto do bom entendimento com a entidade financiadora desta organização, a Câmara Municipal de Espinho.

No que respeita à área administrativa, a análise documental dos 4 anos de mandato indica uma evolução significativa em vários sentidos:

- Criação de base de dados dos agentes desportivos;
- Novos formulários de inscrição;
- Mudança de instalações da sede social;

- Novos métodos de comunicação entre entidades;
- Contratação de um funcionário fixo;
- Mais dias e horas para atendimento aos associados;
- Página de internet.

Quanto à situação dos dirigentes, todos os momentos que são dedicados à AFPCE buscam o benefício do associativismo local. Ou seja, dedicam-se à promoção e desenvolvimento da modalidade de futebol local de forma voluntária.

Na arbitragem, está implementado um modelo com muitas desvantagens nas provas desportivas que a AFPCE promove, visto que:

- Cada clube cria uma equipa de arbitragem sem formação específica na área, até cinco elementos e, ficam à disposição do Conselho de Arbitragem;
- As equipas de arbitragem dos clubes que participam na 1.^a divisão são indicadas para arbitrar a 2.^a divisão e vice-versa;
- Os elementos de arbitragem têm uma segunda ou terceira função no clube que representam, sendo treinador, jogador, delegado, massagista ou membro diretivo do clube.

Desta forma, verificamos que:

- Pela ausência de formação da arbitragem, existem erros na aplicação de regras e na análise de lances de jogo;
- Os árbitros ficam condicionados nas decisões, porque o jogo para o qual foram sorteados ou nomeados, um desses clubes poderão arbitrar na semana seguinte o clube que eles representam. Logo, em lances que possam ser duvidosos vão sempre julgar em benefício do clube que os vai arbitrar na semana seguinte;
- Pelo facto de o árbitro exercer mais que uma função no clube que representa, este muitas vezes falta ao jogo para o qual foi sorteado ou

nomeado, para que possa exercer a sua função de treinador, jogador, delegado ou massagista.

Assim, este modelo de arbitragem, não produz veracidade desportiva porque os clubes querem os melhores jogadores e treinadores, mas para árbitro qualquer agente desportivo serve.

4.2. Análise das entrevistas

Neste ponto vamos analisar as informações recolhidas através das entrevistas, por categoria.

4.2.1. Organização das provas desportivas

Esta categoria foi colocada nas entrevistas do Presidente da Assembleia Geral de Clubes (E2), Presidente da Direção (E1) e Presidente do Conselho Fiscal (E3). Conforme os entrevistados – E1, E2 e E3, as provas organizadas por esta entidade são:

- Campeonatos da 1.^a e 2.^a divisão;
- Prova designada por Taça Cidade de Espinho;
- Supertaça.

A responsabilidade da organização das provas desportivas é da direção e no final da época desportiva, normalmente entre final de maio ou inícios de junho, faz-se o planeamento da nova época desportiva que terá o seu início em outubro.

Na pausa desportiva de final e início de nova época, é realizado o sorteio dos campeonatos da 1.^a e 2.^a divisão em função do número de clubes a

participar. Estas provas, envolvem quase todos os dias a direção, o conselho de disciplina e o conselho de arbitragem, como E1 nos explica: *“a organização das provas, obriga a uma presença semanal da Direção, do Conselho de Disciplina e do Conselho de Arbitragem. Há que fazer à segunda-feira a receção dos boletins dos jogos e posteriormente a recolha dos dados neles contidos para informação, em comunicado oficial, dos resultados, golos, ação disciplinar (...).O Conselho de arbitragem, órgão autónomo, reúne todas as semanas para sorteio ou nomeações dos árbitros que irão arbitrar os jogos da semana seguinte.”*

Quanto à dificuldade na organização das provas, enumeram várias razões *“poucos campos para a realização dos jogos”* (E2), *“as arbitragens, são elementos amadores e pertencem aos clubes em prova, (...) na generalidade, a baixa qualidade organizativa dos clubes e muito desconhecimento do papel de diretor desportivo ou dos delegados dos jogos”* (E1). E como explica E3, *“Devem-se também nesta fase à gestão dos aspetos disciplinares decorrentes nos jogos, (...)”*.

Como melhorias na organização das provas, vão ao encontro das dificuldades que apresentam, mais campos de jogos, as equipas de arbitragem serem independentes dos clubes, a criação de um conselho disciplinar autónomo e comungam da mesma opinião na importância que o diretor desportivo desempenha para a resolução dos conflitos organizativos, mas para que esse papel tenha sucesso, urge a necessidade de ações de formação.

4.2.2. Instalações desportivas

Existem cinco complexos desportivos que no início de cada época desportiva a AFPCE celebra protocolos com os responsáveis pela gestão dos mesmos, ficando à disposição das provas que a AFPCE organiza.

Os equipamentos desportivos em relva sintética, têm as condições exigíveis para a prática desportiva e vistoriados anualmente pela Associação de Futebol de Aveiro. Os outros campos desportivos em piso de terra batida, têm as medidas exigidas para a prática de futebol de onze, balneários para os participantes, equipas de futebol e arbitragem, com todas as exigências para acolhimento.

Os entrevistados, E1, E2 e E3, salientam a necessidade de melhoramentos nos pisos dos campos em terra batida, ou seja, substituir por relva sintética e, construção pelo menos de mais uma instalação desportiva.

E3 vai mais além, reforçando a necessidade de construção de bancadas para que os adeptos tenham condições para apoiarem os seus clubes nos 4 campos, exceto campo de Guetim porque já possui.

4.2.3. Gestão financeira

A AFPCE é dependente do financiamento da Câmara Municipal de Espinho. Esta gestão é feita pela direção, esta faz um plano de atividades e orçamento que é levado a Assembleia Geral de Clubes para aprovação.

Os objetivos na previsão orçamental, como explica (E1), *“à que ser responsável na elaboração do orçamento e rigoroso no seu cumprimento, tendo em conta as receitas e despesas da última época”*

No entanto, após 4 anos à frente dos destinos da AFPCE, E1, E2 e E3, fazem um balanço positivo na gestão financeira feita pela direção. Citando E3, *“É um balanço notoriamente positivo, de empenho e de recuperação na credibilização e no rigor de toda a movimentação financeira da Associação, objetivos claramente confirmados e ratificados pelos associados nas Assembleias Gerais anuais de prestação de Contas.”*

4.2.4. Área administrativa

A área administrativa é da inteira responsabilidade da direção, conforme refere E1 *“(…) que estatutariamente lhe é incumbido os atos de administração, assim como a responsabilidade que cada elemento de Direção tem nesta área”*.

A Direção desenvolve trabalho nas áreas das inscrições dos agentes desportivos, da organização das provas desportivas, gestão financeira, na elaboração dos comunicados disciplinares semanalmente, no apoio ao associado caso lhe seja solicitado, entre outros serviços administrativos que são responsáveis.

Porém, salientam, a importância da contratação de um funcionário a tempo inteiro, para executar estes serviços e, desta forma, libertariam os elementos da Direção para atuar noutras áreas do desenvolvimento desportivo e social da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho.

No entanto, E1, E2 e E3, são da mesma opinião que a sede social esta bem localizada e funciona na perfeição para os serviços que a direção desenvolve. Contudo, também, estão de acordo que deveria existir outros espaços físicos para utilização dos órgãos sociais – Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Justiça e Conselho de Arbitragem.

4.2.4.1. Futuro da AFPCE no desenvolvimento do futebol no concelho de Espinho

Todos os entrevistados, abordaram pontos importantes e de grande responsabilidade para o crescimento desta associação,

Primeiramente, os entrevistados corroboram que o futuro desta associação passa por todos os associados desta instituição e na presença das

entidades públicas para apoiar esta causa, como explica E2, *“a AFPCE precisa de mais apoio económico e institucional da CME e das juntas de freguesias do concelho (...)”*.

Já o E4, vai mais a fundo nesta questão, explicando que urge necessidade de uma análise estratégica e uma atuação preventiva de médio a longo prazo. Fundamentando que, *“o conceito de futebol popular será sempre o mesmo, mas hoje não é a mesma realidade de à 10 ou 15 anos para trás. A realidade sociológica, monetária, formação pessoal e coletiva entre outras mais, são fatores completamente distintos atualmente.”*

Devido à elevada exigência que esta entidade requer, não é fácil ter recursos humanos voluntários com formação nesta área, como o E3 exemplifica *“é uma organização que a meu ver é aquilo a que eu chamo um “pingo de óleo” nesta roda / engrenagem giratória no nosso concelho, tem é que haver sempre alguns “mecânicos”, “chapeiros”, “lubrificadores” para irem ultrapassando dificuldades que vão surgindo mantendo este “carro” em funcionamento”*.

De seguida, após opiniões dos entrevistados sobre o futuro desta organização e análise documental, segue a análise PESTAL e SWOT da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho.

A análise PESTAL é uma ferramenta mais abrangente para monitorizar o ambiente de uma organização. Esta ferramenta leva-nos à análise dos fatores políticos, fatores económicos, fatores sociais, fatores tecnológicos, fatores ambientais e fatores legais.

A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise do ambiente de uma organização. A análise SWOT é um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica de uma organização. As siglas SWOT: Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats.

Análise PESTAL

Quadro 18: Análise PESTAL da AFPCE

ANÁLISE PESTAL	
Fatores Políticos	Fatores Económicos
<ul style="list-style-type: none">- Dependência do financiamento municipal;- Melhorias nas infraestruturas desportivas;- Protocolos de colaboração.	<ul style="list-style-type: none">- Contenção de despesas;- Dependência do financiamento municipal;- Redução no apoio financeiro;- Revisão dos protocolos de colaboração.
Fatores Sociais	Fatores Tecnológicos
<ul style="list-style-type: none">- População fora do mercado de trabalho;- Forte colaboração/voluntariado nas associações;- Elevada procura de clubes para a prática desportiva.	<ul style="list-style-type: none">- Novos métodos de trabalho;- Utilização de novas ferramentas informáticas;
Fatores Ambientais	Fatores Legais
<ul style="list-style-type: none">- Utiliza como arquivo documental o formato digital;- Condições atmosféricas são propícias para a prática do futebol.	<ul style="list-style-type: none">- Constituição da Republica Portuguesa;- Legislação desportiva;- Obrigações fiscais.

Conforme a análise PESTAL, conclui-se que existem elevados fatores positivos para a comunidade desportiva e comunidade local, tais como:

- Fatores Políticos, o município de Espinho é o proprietário de alguns equipamentos desportivos onde são realizadas as competições da AFPCE, neste sentido, ao longo destes últimos anos as instalações passaram a ter melhores condições físicas, piso em relva sintética, balneários novos e outros remodelados;
- Fatores Sociais, com a crise nacional e outras circunstâncias, o futebol popular foi uma forma de ocupação dos tempos livres dos desempregados, servindo por vezes de apoio psicológico e até alimentar, vestuário, etc. Desta forma, as coletividades abrem as portas para o voluntariado desportivo.

- Fatores Tecnológicos, foram introduzidos novos recursos informáticos para a faturação, inscrições de agentes desportivos, correspondência, site, entre outras ferramentas. São evoluções tecnológicas que permitem o bom funcionamento da associação.
- Fatores Ambientais, o método de arquivo documental digital foi por motivos ambientais, devido ao consumo de papel e dos consumíveis das impressoras. Em termos atmosféricos, a localização onde se realizam as competições desportivas não são afetadas porque o clima é propício para a modalidade de futebol.
- Fatores Legais, a AFPCE está constituída de acordo com a Constituição da República Portuguesa e cumpre os requisitos obrigatórios da legislação desportiva e fiscal.

Os fatores menos positivos na análise PESTAL são:

- Fatores Políticos, a AFPCE teve um corte de 40% no apoio financeiro do município de Espinho, tendo que negociar os protocolos de colaboração para liquidação do valor da dívida da renda da sede social que o município é proprietário;
- Fatores económicos, com redução no apoio financeiro e contenção de despesas, a AFPCE teve de suspender uma competição designada por Taça Associação.

Análise SWOT

Quadro 19: Análise SWOT da AFPCE

ANÁLISE SWOT			
Serviços	Interno	Forças	Fraquezas
		<ul style="list-style-type: none">- Organização de campeonatos de futebol;- Contratos;- Competência;- Poder de negociação;- Métodos novos de trabalho na organização;- Novas tecnologias;- Recursos humanos;- Respostas rápidas aos Clubes;	<ul style="list-style-type: none">- Falta de investimento nas arbitragens;- Forte dependência de financiamento público;- Poucas ações de formação para agentes desportivos.
	Externo	Oportunidades	Ameaças
		<ul style="list-style-type: none">- Parcerias;- Protocolos de colaboração;- Melhores condições de infraestruturas desportivas.	<ul style="list-style-type: none">- Redução de apoio financeiro;- Arbitragem;- Responsáveis dos clubes.

Após elaboração do quadro da análise SWOT, concluímos os seguintes aspetos:

Mediante o contexto, podemos tirar vantagens utilizando pontos identificados nas forças. Ou seja, os dirigentes que estão em funções perante a boa relação com os parceiros locais, a organização na gestão das atividades desenvolvidas, a abertura a novos métodos de trabalho, certamente que, conseguirão mais parcerias, apoios financeiros e negociar melhores protocolos.

As fraquezas identificadas, vai ao encontro da dependência financeira do município espinhense. Devido à redução no apoio em 40%, a AFPCE sentiu-se obrigada a reestruturar suas despesas, e neste sentido, não existem investimentos nas arbitragens e em formações para os diretores, treinadores, delegados aos jogos, entre outras. Foi o caminho planeado pela Direção da

AFPCE para estabilizar financeiramente num curto prazo, porque é um objetivo importante e já traçado para trabalhar na próxima época. Esta redução no apoio financeiro é uma ameaça difícil de controlar porque a AFPCE depende do orçamento do município.

4.2.5. Dirigente associativo em regime de voluntariado

De realçar que, todos os entrevistados desconhecem o diploma do dirigente associativo em regime de voluntariado.

Em relação à formação em dirigismo desportivo, nenhum dos entrevistados possui. E2, E3 e E4 reconhecem que as participações em ações de formação trariam elevados benefícios. Preferem ainda que “juntando” à larga experiência que detêm neste âmbito, provavelmente teriam maior capacidade de desenvolver o seu papel no associativismo desportivo. Já E3, enumera algumas vantagens importantes das organizações possuírem dirigentes com formação: *“São diversas as vantagens que se adquirem pelo conhecimento obtido nas formações e que se vão traduzindo posteriormente nas mudanças/melhorias dentro das associações, quer seja de comportamento, de análise e de métodos de trabalho, que entre outros vão permitir agilizar mais rápido e melhor os vários processos dentro de cada organização.”*

4.2.6. Arbitragem

E4 confirma a existência de 130 a 140 elementos de arbitragem indicados pelos clubes, ou seja, cerca de 5 elementos indicados por clube. Sendo que a análise e verificação de cada elemento é feita pelo Conselho de

Arbitragem seguindo os regulamentos da AFPCE. Porém, a aprovação final da inscrição é da responsabilidade da Direção.

Em relação à formação destes agentes desportivos, E4 afirma a existência de alguns elementos de arbitragem com formação nesta matéria, mas em pequena percentagem. E4 refere que *“Muitos outros têm já alguns anos de carolice e de prática de futebol amador ou não, quer como atletas quer como dirigentes”* (E4). Para combater as carências e falhas de conhecimento neste papel que desempenham, o Conselho de Arbitragem proporciona ações de sensibilização para esclarecimentos de situações que vão aparecendo neste meio. De facto, a ausência de formação em arbitragem, pode-nos levar à afirmação de Vítor Pereira dirigida aos árbitros profissionais *“Havia factos, atitudes, de elementos do futebol e da arbitragem, que descredibilizavam a atividade e induziam o espectador comum a desconfiar da pureza do que era observado em campo”* (Catarro, 2008, p. 364).

A metodologia utilizada de sorteio ou nomeações para os jogos agendados, define como normal fazer o sorteio de arbitragem. Contudo, mediante o grau de dificuldade do jogo e de risco, poderá utilizar a nomeação como forma de salvaguardar o interesse de todas as partes. Reforça, também, que estas metodologias, terão sempre de seguir as condições previstas nos regulamentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, após investigação da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho, passamos a apresentar as principais conclusões.

- A Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho tem 27 associados (clubes) pertencentes às quatro freguesias do Concelho de Espinho, sendo elas:
 - Freguesia de Espinho com 2 clubes;
 - União das freguesias de Anta e Guetim com 13 clubes e 3 campos de jogos – 2 geridos por duas coletividades e 1 gerido por uma associação desportiva;
 - Freguesia de Silvalde com 6 clubes e 1 campo de jogos gerido por uma associação desportiva;
 - Freguesia de Paramos com 5 clubes e 1 campo de jogos gerido por uma associação desportiva.
- A AFPCE nas diversas funções dos seus associados tem cerca de 1000 agentes desportivos⁵, de realçar, que é um número significativo de agentes desportivos que contribuem para o associativismo do concelho de Espinho, de acordo com o diagnóstico social do concelho, em 2013 a cidade tinha 31786 habitantes⁶.
- O calendário desportivo da AFPCE tem a duração de oito meses sem interrupções, três meses são exclusivamente dedicados à cerimónia de entrega de troféus, reuniões, planeamento e inscrições para a nova época desportiva. E a AFPCE encerra seus serviços durante o mês de agosto.
- Organiza provas de futebol de 11 sénior masculino:
 - 1.ª divisão com 14 clubes;
 - 2.ª divisão com 13 clubes.

⁵ Base de dados da AFPCE, época desportiva 2015/2016.

⁶ Diagnostico Social do Concelho de Espinho 2013, capítulo I – Território e População, tabela 1 - p. 4, consultado em 15 de dezembro de 2014 e disponível em: <http://www.cm-espinho.pt/redesocial/wp-content/uploads/2013/07/Capitulo%20I%20-%20Territorio%20e%20Populacao.pdf>

- Supertaça – vencedor do campeonato da 1.^a divisão vs vencedor da Taça Cidade de Espinho;
- Taça Cidade de Espinho – por eliminatórias e entram os 27 clubes por sorteio.
- Não possuem instalações desportivas próprias, para organizarem as provas desportivas fazem protocolos com os responsáveis pela gestão dos complexos desportivos.
- É dependente de financiamento público, da Câmara Municipal de Espinho. Para o conseguir, realizam um protocolo de cooperação para obter o financiamento e têm de cumprir os requisitos que a lei os obriga.
- Planeiam relatórios financeiros e de atividades, sendo obrigatórios ir à assembleia de clubes para aprovação.
- Na área administrativa, verificou-se evolução nas tarefas que desenvolvem, novos métodos de trabalho e recursos humanos.

Resumindo, em virtude dos clubes associados à AFPCE não possuírem instalações desportivas próprias, os órgãos sociais que fazem a gestão da AFPCE não conseguem organizar as provas desportivas sem primeiro fazer um protocolo com a Câmara Municipal de Espinho para obter financiamento, para procederem ao pagamento dos jogos aos gestores dos complexos desportivos.

Outro aspeto importante de referir, o facto de os dirigentes serem voluntários, é o total desconhecimento do diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado. Estes dirigentes, também, não possuem formação nesta área, mas fazem um trabalho meritório e digno de ser apreciado, de acordo com a experiência que têm no associativismo, no desenvolvimento do futebol popular de Espinho.

Desta forma, e dada a importância na comunidade desportiva local, concluímos com algumas recomendações e contributos, para que os responsáveis da AFPCE pensem no futuro do futebol popular do concelho de Espinho.

Assim, recomendamos que seja introduzido nos regulamentos oficiais que a Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho se rege:

- Dirigido à Direção:
 - Participação em ações de formação sobre dirigente desportivo;
 - Promover ações de carácter social – atividade obrigatória;
 - Criar e desenvolver um boletim desportivo de futebol popular;
 - Filmar/gravar todos os jogos oficiais para servir de apoio nas decisões a levar a cabo pelo Conselho de Disciplina e promoção do futebol amador;
 - Angariar sponsors para não serem dependentes de financiamento público.
- Dirigido ao Conselho de Disciplina:
 - Não pertencerem a órgãos sociais de clubes associados da AFPCE;
 - Com formação em direito desportivo ou terem assessoria nesta área.
- Dirigido ao Conselho de arbitragem:
 - Criar equipas de arbitragem com elementos sem ligações (diretivas, atletas, treinadores, massagistas) aos clubes associados;
 - Obrigatório dar formação contínua em arbitragem;
 - Avaliar o trabalho dos árbitros em todos os jogos oficiais – observadores;
 - Angariar sponsors para dar melhores condições aos árbitros, equipamentos e apoios financeiros.
- Dirigido ao clube fator visitado:
 - Identificar um elemento que seja o responsável para coordenar a segurança dos intervenientes do jogo;
 - Acolhimento da equipa visitante e arbitragem.
- Dirigido aos agentes desportivos:
 - Massagista – obrigatória formação de primeiros socorros;
 - Treinador – formação de treinador;

- Diretor / delegado ao jogo – frequência obrigatória em ações de formação (1 a 2 formações por época desportiva).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Augusto, P. (2015). *Perfil dos Dirigentes Desportivos de Futebol Não Profissional – Um estudo de caso sobre os Dirigentes Desportivos do Distrito de Lisboa*. Dissertação elaborada com vista a obtenção do Grau de Mestre em Gestão do Desporto na Universidade de Lisboa.

Araújo, J. (1984). *Clubes Desportivos - sua importância, funções e organização*. Revista Horizonte, vol. I, n.º 2.

Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70.

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. 3.^a Edição. Lisboa: Edições 70.

Bento, J., Garcia, R. & Graça, A. (1999). *Contextos da Pedagogia do Desporto: Cultura Física*. Lisboa: Livros Horizonte.

Bilhim, J. (1996). *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Carvalho, A. M. de (1998). *Desporto Popular*. Porto: Campo das Letras – Editores, S.A.

Carvalho, A. M. (1997). *O Dirigente Desportivo Voluntário*. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. M. (1994). *Desporto e Municípios*. Lisboa: Livros Horizonte.

Catarro, P. (2008). *Os Senhores do Futebol – Nos bastidores do desporto rei*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Chiavenato, I. (1991). *Recursos Humanos*. São Paulo: Editora Atlas S. A.

Constantino, J. M. (1992). *Desporto Português, as soluções adiadas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Crespo, J. (1991). Os espaços e os equipamentos desportivos. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. *Congresso Europeu Desporto para Todos*, Oeiras, jan. 1992.

Creswell, J. W. (2003). *Research design. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (2.^a ed.) Thousand Oaks. CA: Sage.

Faria, A., Sobral, F., Constantino, J., Sardinha, L., & Carvalho, M. (2006). *Desporto Português – do estado do problema ao problema do Estado*. Livros Horizonte: Lisboa.

Federação de Futebol Popular do Norte. Consultado no dia 17/06/2016 e disponível em <http://www.ffpn.pt/>

Gomes, M. (2001). *Estratégia de desenvolvimento do associativismo Desportivo: Uma Proposta para a Quantificação do Índice de Satisfação dos Praticantes*. Porto: M. Gomes. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Heinemann, K. (2003). *Introdução a la Metodologia de la Investigación Empírica en las Ciencias del Deporte*. Barcelona: Editorial Paidotribo.

Hodgson, P. & Crainer, S. (1999). *O Gestor do Século XXI*. Edições CETOP: Mem Martins.

Januário, C. (2010). *Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Maças, V. (2006). *O Diretor Desportivo nas Organizações do Futebol em Portugal: Caracterização da atividade dos gestores de desporto nos clubes de futebol profissional e não profissional*. Vila Real: Trabalho elaborado com vista à obtenção do grau de Doutor apresentado à Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro.

Madureira, M. (1990). *Introdução à Gestão*. Publicações Dom Quixote, Lda.: Lisboa.

Marivoet, S. (1998). *Aspectos Sociológicos do Desporto*. Livros Horizonte, Lisboa. (p.57)

Matos, P. (2001). *Motivos, Dificuldades e Formação do Dirigente Desportivo do Concelho de Santo Tirso*. Porto: P. Matos. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Matos, V. (2013). *Políticas Públicas Desportivas: Estudo de caso do Município de Braga*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Meirim, J. (1994). Desporto e Constituição. *Revista Sub Júdice: Justiça e Sociedade*, n.8.

Melo de Carvalho, A. (1997). *O Dirigente Desportivo Voluntário*. Livros Horizonte, Lisboa.

Melo de Carvalho, A. (2010). *Jornal Avante. O dirigente desportivo voluntário – O que é?*. Consultado em 18 de maio de 2016, disponível em <http://www.avante.pt/pt/1926/argumentos/111019/>

Mendes, V. (2008). *Como construir uma associação*. (3.^a ed.). Porto: Legis Editora.

Pereira, A. (1970). *Espinho* – Monografia. Espinho, Edição do Autor

Pires, G. (1987). *Do Associativismo à Orgânica do Desporto*. Col. Desporto e Sociedade. Lisboa: MEC-DGD.

Pires, G. (2009). *Cultura e Desporto*. Revista Povos e Culturas, n.º9. Rosário, A. T. do (1996). *O Desporto em Portugal: Reflexo e Projeto de uma Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget

Quinta, J. (1999). *Espinho*. Espinho: João Quinta.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, gradiva.

Vala, J. (2005). *A análise de conteúdo*. In Silva, A. E Pinto, J. (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Válega, J. & Esteves, A. (2004). 10.º Congresso de ciências do desporto e de educação física dos países de língua portuguesa: Os desafios da renovação 15 anos de Congresso. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. Volume 4, Número 2 (suplemento), 334-335.

Documentos e Legislação Consultada

Censos (2011). Consultado em 19 de outubro de 2015 e disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros

Código Civil Português. Consultado a 20 de maio, disponível em <http://www.codigocivil.pt/>

Constituição da Republica Portuguesa (2005). Sétima Revisão Constitucional. Consultado a 19 de Março de 2016, disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Decreto-Lei n.º 267/95 de 18 de Outubro. Consultado a 19 de Março de 2016, disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/DL_267_1995.pdf

Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário. Consultado no dia 10 de maio e disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_20_2004.pdf

Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (2007). Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro. Consultado a 10 de Maio de 2016 e disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_5_2007.pdf

Lei n.º 34/2003 de 22 de Agosto. Consultado a 19 de Março de 2016, disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_34_2003.pdf

Lei n.º 30/2004 de 21 de julho. Consultado a 12 de maio de 2016, disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_30_2004.pdf

7. ANEXOS

ANEXO 01 – Ata N.º 1 de 2 de dezembro de 1983

Ata N.º 1

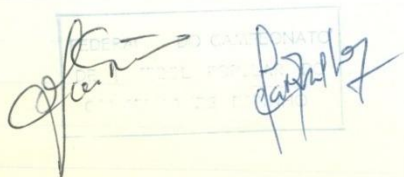
Nos, dois do mês de Dezembro de 1983, foi constituída uma federação designada por "Federação do Campeonato de Futebol Popular de Espinho" composta por catorze clubes do concelho de Espinho, os quais se fazem representar por um elemento.

Constituição: Associação Antinho da Randola, Associação Desportiva de Esmoães, Clube Académico de Espinho, Aguias da Quinta de Guta, Aguias F. C. Parameense, Leões Barreiras F. C., Império de Guta F. C., G. D. da Ilhena, G. D. da Quinta, G. D. Unidos dos Beleuenses, Rio Largo Clube de Espinho, Sporting de Esmoães, F. C. Juventude de Silvaredinho e Magos F. C.

Após votação, foram eleitos como elementos de direcção da federação os seguintes representantes:

Presidente — Orlando Martins — Ass. Antinho da Randola
Vice-Presidente — Gervásio Freitas — Clube Académico de Espinho
Tesoureiro — Jorge Sá — Magos F. C.
1.º Secretário — Rui Graça — Ass. Desportiva Esmoães
2.º Secretário — José Carvalho — Leões Barreiras F. C.

Não, havendo mais nada a tratar se parou a presente acta, que depois de lida e achada foi ser assinada pela direcção.



ANEXO 02 – Ata N.º 82 de 25 de julho de 1986

21

O PRESIDENTE - Fernando
 Vice-Presidente -
 Tesoureiro -
 1.º Secretário - Manuel
 2.º Secretário -

ACTA N.º 82

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SEIS, REUNIU A DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE DIRIGENTES: F. FERNANDES; ORLANDO; T. MARQUES E JORGE SANTOS. Nesta reunião foi APROVADO O KROKI DA FICHA DE INSCRIÇÃO DOS ATLETAS A PARTICIPAR NO IV CAMPEONATO. Fazem CONVOCATÓRIA PARA O DIA 5 DE AGOSTO DE 1986 ÀS 21.30 HORAS NA SEDE DOS "MAGOS DE ANTA, ASSEMBLEIA DE CLUBES. Reunião com os clubes dos dois campos e BANQUEIROS PARA SE DISCUTIR CORTES E APROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS E QUAL AS PROPOSTAS DE ALUGUER. Fica ainda prevista que, O IV CAMPEONATO PODERIA COMEÇAR A 6 DE SETEMBRO DE 1986. Como nada mais havia a tratar ESTA REUNIÃO ENCERROU PELAS 23.30 HORAS, DA QUAL SE AVOU A PRESENTE ACTA QUE VAI SER POSTA À APROVAÇÃO.

O PRESIDENTE - Fernando
 Vice-Presidente -
 Tesoureiro - Manuel
 1.º Secretário - Manuel
 2.º Secretário -

ACTA N.º 83

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1986, REALIZOU-SE A ASSEMBLEIA DE CLUBES DA FEDERAÇÃO DO FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO, PELAS 21.30 HORAS NA SUA SEDE (MAGOS ANTA), EM QUE PARTICIPARAM OS SEGUINTE CLUBES REPRESENTADOS PELOS SEUS DELEGADOS: MAGOS DE ANTA; LEÕES BARRISTAS; RIO LARGO; Sp. ESTOJANES; BELENENSES; ÁGUIAS DE ANTA; CRUZEIRO; U. PARÁTIOS; RONDA; ASSOCIAÇÃO D. ESTOJANES; Académico de ESPINHO; SANTINHO; IMPÉRIO e ESTRELAS VERDEHAS. ESTA REUNIÃO TINHA A SEGUINTE

ANEXO 03 – Ata N.º 83 de 5 de agosto de 1986

21

O PRESIDENTE - Fernando
 Vice-Presidente -
 Tesoureiro -
 1.º SECRETÁRIO - Manuel Oliveira
 2.º SECRETÁRIO -

ACTA N.º 82

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SEIS, REUNIU A DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE DIRIGENTES: F. FERNANDES; ORLANDO; T. MARQUES E JORGE SANTOS. Nesta reunião foi APROVADO O KROKI DA FICHA DE INSCRIÇÃO DOS ATLETAS A PARTICIPAR NO IV CAMPEONATO. FIZEU CONVOCATÓRIA PARA O DIA 5 DE AGOSTO DE 1986 ÀS 21.30 HORAS NA SEDE DOS "MAGOS DE ANTA, ASSEMBLEIA DE CLUBES. Reunião com os clubes donos dos campos e BANQUEÁRIOS PARA SE DISCUTIR COLLECTA APROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS E ULTIMAS AS PROPOSTAS DE ALUGUER. FICOU AINDA PREVISTO QUE O IV CAMPEONATO PODERIA COMEÇAR A 6 DE SETEMBRO DE 1986. COMO NADA DAISS HAVIA A DESEJAR ESTA REUNIÃO ENCERROU PELAS 23.30 HORAS, DA QUAL SE LAVOU A PRESENTE ACTA QUE VAI SER POSTA À APROVAÇÃO.

O PRESIDENTE - Fernando
 Vice-Presidente -
 Tesoureiro - Manuel Ferreira Marques
 1.º SECRETÁRIO - Manuel Oliveira
 2.º SECRETÁRIO -

ACTA N.º 83

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1986, REALIZOU-SE A ASSEMBLEIA DE CLUBES DA FEDERAÇÃO DO FUTEBOL POPULAR DO PONCELHO DE ESPINHO, PELAS 21.30 HORAS NA SUA SEDE (MAGOS DE ANTA), EM QUE PARTICIPARAM OS SEGUINTE CLUBES REPRESENTADOS PELOS SEUS DELEGADOS: MAGOS DE ANTA; LEÕES BARRISTAS; RIO LARGO; Sp. ESTOJANES; BELENENSES; ÁGUIAS DE ANTA; CRUZEIRO; U. PARATOS; RONDA; ASSOCIAÇÃO D. ESTOJANES; Académico de ESPINHO; CARANTINHO; IMPÉRIO e ESTRELA VERDEHAS. ESTA REUNIÃO TINHA A SEGUINTE

ORDEM DE TRABALHOS: 1.º Apresentação de uma proposta da
 direcção para a elaboração de um projecto de estatutos no
 sentido de se começar a trabalhar na legalização da
 Federação (Associação). 2.º Distribuição das fichas de
 inscrição de atletas para a época 86/87. 3.º Assuntos
 diversos: a) Reunião com o comandante da Engenharia;
 b) Reunião com a Câmara Municipal de Espinho (criadora
 do desporto). (3) Esta reunião para começar o torcam-
 peonato (1.ª semana de Setembro). Sobre o 1.º ponto os
 clubes estiveram de acordo com a necessidade da legaliza-
 ção da Federação que a partir desse momento se passaria
 a chamar Associação tendo em vista já o futuro. A
 direcção da Associação através do seu 1.º secretário Jorge
 Santos apresentaria o projecto de estatutos para dis-
 cussão e aprovação pela Assembleia de Clubes.
 No ponto 2.º da O.T. - O sr. delegado Vitorino - fez a pro-
 posta que, a fotografia para o cartão do atleta fosse
 original, pois o cartão serviria para sempre, desde que,
 o atleta representasse sempre o mesmo clube. Os dele-
 gados presentes aprovaram esta proposta e na próxima época
 87/88 é obrigatório uma fotografia original, tendo feito
 uma ficha para o registo das transferências no início do cam-
 peonato. ficou ainda aprovado que entrega dos cartões e das fi-
 chas terá até ao dia 26.8.86. Alternativa - se ainda se o cam-
 peonato seria disputado numa só série ou em duas, foi aprovado
 pelos delegados presentes uma só série com 13 votos a
 favor e um a favor de duas séries. Quando autorizar da
 inscrição ficou decidido disputar depois de saber quanto
 irá custar o aumento dos patros. Sobre o 3.º ponto Assun-
 tos diversos. Informou-se a Assembleia do que se passou
 nas reuniões com o comandante da Engenharia e a Câmara
 do desporto da C. M. Espinho. Quanto ao início do campeonato
 a reunião para o seu início a 6 de Setembro de 86
 ainda se mantém, mas estatui a ficar ^{com} dividida por causa

23

NESTA REUNIÃO COMO NADA MAIS HAVIA A TRATAR ENCERROU
PELAS 23 HORAS E 45 MINUTOS, DA QUAL SE LAUROU A PRESENTE
ACTA QUE DEPOIS ^{DE} LIDA VAI SER POSTA À APROVAÇÃO.

O PRESIDENTE -

H. Fernandes

VICE-PRESIDENTE -

TESOUREIRO -

Manuel F. Marques

1.º SECRETÁRIO -

Samuel Oliveira

2.º SECRETÁRIO -

ACTA Nº 84

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1986, REALIZOU-SE MAIS
UMA ASSEMBLEIA DE CLUBES, DA ASSOCIAÇÃO DO FUTEBOL
POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO, PELAS 21.30 HORAS NA
SUA SEDE PROVISÓRIA (MADOS DE ANTA), EM QUE PARTICI-
PAM OS SEGUINTE CLUBES: RIO LARVO; LEÕES BAIRRI-
STAS; BASTINHO DA RAMBOIA; IMPÉRIO DE ANTA; ALVIAS
DA ANTA; RONDA; GUEITIM; S.P. ESTROJÃES; ESTRELAS JER-
NIELHAS; QUINTA DE PARATOS; ACADEMICO DE ESPINHO;
ESPERANÇAS DE SILVARE; ALVIAS PARATENSES; A.D.
ESTROJÃES; UNIDOS AOS BELENENSES; CRUZEIRO;
MADOS DE ANTA; ESTA ASSEMBLEIA TINHA A SEGUINTE OR-
DEM DE TRABALHOS: 1.º - SITUAÇÃO DOS CAMPOS A ALUMAR.
2.º - ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SECRETARIA. SOBRE O 1.º
PUNTO: FOI DECIDIDO ENVIAR OFÍCIOS AOS DONOS DOS CAMPOS,
TENENDO ESTES QUE TRAZER NA PRÓXIMA REUNIÃO PROPOSTAS
PARA O ALUMAR DOS SEUS CAMPOS E BALNEÁRIOS.
AS PROPOSTAS DEVEM SER DAS DIRECÇÕES DOS RESPECTIVOS
CLUBES: A. PARATENSES; RIO LARVO; G.D. JOANHA; A.D.
ESTROJÃES; GUEITIM F.C., FOI DEBATERADO AINDA HAVER
UMA REUNIÃO PRÉVIA PARA O DIA 19. 8. 86 ÀS 21 HORAS
NA SEDE DOS MADOS DE ANTA. SOBRE O 2.º PONTO DO O.T.M.
BALHOS. O DIRIGENTE ORLANDO FOI DE APRESENTAR O CA-
LENDÁRIO DE JOGOS NA PRÓXIMA REUNIÃO. OS CARTÕES DE ATLE-
TAS FORAM DISTRIBUÍDOS AOS CLUBES PRESENTES. FORAM
DADAS INFORMAÇÕES WHO ESTAVAM ORGANIZADOS OS SERVIÇOS

Podem ser sócios do Clube os indivíduos, moral e civilmente idóneos, que não tenham sofrido condenação por violação das leis de caça que tivessem aplicado a inibição do direito de caçar, ou que tenham decorrido mais de cinco anos após o termo da inibição aplicada.

Os menores podem ser sócios mediante a autorização dos seus pais ou tutores.

A admissão de novos sócios será proposta à direcção do Clube por dois sócios efectivos no gozo da plenitude dos seus direitos, em impresso próprio do Clube, a qual, na primeira reunião ordinária, apreciará a proposta apresentada deliberado sobre a sua aprovação ou rejeição.

Os indivíduos que tenham deixado de ser sócios do Clube, com débito para com o mesmo, quando pretendam ser readmitidos deverão entregar com o seu pedido de readmissão a importância total em débito e acrescida de juros legais.

Quando a direcção o achar conveniente e para a defesa dos interesses do Clube, poderá limitar quantitativamente ou geograficamente a admissão de novos sócios.

A admissão de novos sócios será sempre proposta por dois sócios efectivos.

Perderá a sua qualidade de sócio:

a) Todo aquele que estiver em dívida de três quotas e não satisfaça durante os quinze dias que seguirem ao aviso de pagamento, feito por carta registada com aviso de recepção;

b) Aquele que for condenado por infracções à lei da caça e autuado pela mesma, excepto por não se fazer acompanhar dos respectivos documentos, mas que os possua;

c) Aquele que comprometa o bom nome do Clube ou os seus interesses de qualquer natureza;

d) A direcção do Clube pode suspender ou demitir o sócio incurso nas faltas referidas nas alíneas a), b), c), d), e e), desde que as circunstâncias aconselhem, uma ou outra medida. O sócio pode sempre recorrer das decisões da direcção para a assembleia geral. O recurso tem efeito suspensivo quando a pena for de demissão;

e) Aquele que pedir por escrito à direcção a sua demissão.

Está conforme o original e certifico que na parte omitida nada há em contrário ou além do que neste se narra ou transcreve.

Secretaria Notarial de Santarém, 9 de Março de 1989. — O Ajudante, *José Carlos Cordeiro Baptista*. 1-0-9882

ASSOCIAÇÃO DO FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO

Certifico que, por escritura de 16 de Fevereiro de 1989, a fl. 15 do livro n.º 69-E do Cartório Notarial de Espinho, a cargo da notária Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro, foi constituída a Associação do Futebol Popular do Concelho de Espinho, designada por AFPCE, com sede provisória na Junta da Freguesia de Anta, deste concelho de Espinho, por tempo indeterminado, tendo por fim o desenvolvimento de actividades desportivas (futebol). Podem ser associados todos os clubes com sede no concelho de Espinho, que se inscrevam e aceitem os estatutos e regulamentos. Os associados podem exonerar-se a qualquer momento desde que liquidem as suas dívidas para com a AFPCE, até à data da sua exoneração e só podem ser excluídos por falta grave apreciada pela direcção e após ratificação pela assembleia geral. Os associados obrigam-se ao pagamento de uma quota anual a estabelecerem em assembleia geral.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial de Espinho, 17 de Fevereiro de 1989. — A Ajudante, *Marcelina dos Santos Ferreira Coelho*. 1-1-5925

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA SÉ — LAMEGO

Certifico que, por escritura hoje outorgada, lavrada no respectivo livro n.º 177-A a fl. 9 do Cartório Notarial de Lamego, foi constituída a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária da Sé, designada abreviadamente por APESL, com sede na Escola Secundária da Sé, Lamego, que tem por objecto contribuir através de estreita e permanente colaboração entre alunos, directores da Escola e corpo docente, pais e encarregados de educação, para o labor educativo que em comum lhes compete. A APESL exercerá a sua actividade sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa, procurando cumprir os seus fins, salvaguardando sempre a sua independência de quaisquer organizações oficiais ou privadas.

Há duas categorias de associados: efectivos e honorários.

Os associados efectivos inscrevem-se durante o período de matrícula, mediante o preenchimento do boletim próprio e pagamento da quota determinada pela assembleia geral, sem prejuízo de em situações excepcionais poderem ser pagas posteriormente.

Associados honorários são todos aqueles que pela sua acção ou contributo tenham desempenhado papel relevante para a prossecução dos objectivos da APESL.

Perdem a qualidade de associado efectivo:

a) A pedido do interessado feito por escrito em qualquer altura do ano;

b) Por infracção dos estatutos, mediante processo próprio a instaurar pela direcção, no qual o interessado deve ser obrigatoriamente ouvido.

Está conforme o original na parte transcrita.

Cartório Notarial de Lamego, 22 de Fevereiro de 1989. — O Segundo-Ajudante, *Aurélio Carneiro Sarmento*. 1-1-5927

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE TREZOI

Constituição de associação

Certifico que, por escritura de 28 de Fevereiro de 1989, iniciada a fl. 79 v.º do livro n.º 289-A do Cartório Notarial de Mortágua, a cargo da notária licenciada Maria de Fátima Abrantes Santiago, foi constituída a associação em epígrafe, que tem por fins a promoção cultural e recreativa dos seus associados e a sua sede no lugar e freguesia de Trezoi, concelho de Mortágua.

Podem associar-se todos os indivíduos que se inscrevam e aceitem os estatutos e regulamentos. Os associados podem exonerar-se a qualquer momento, desde que liquidem as suas dívidas para com a colectividade até à data da exoneração, e só podem ser excluídos por falta grave, apreciada pela direcção, e após ratificação pela primeira reunião da assembleia geral.

Os associados obrigam-se ao pagamento de uma jóia inicial e de uma quota mensal, a fixar pela assembleia geral e por ela alteráveis.

Está de conformidade com o original.

Cartório Notarial de Mortágua, 28 de Fevereiro de 1989. — A Ajudante, *Maria Lisete Carreira Rodrigues*. 1-1-5929

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA SOLTARIA

Certifico que, por escritura de 20 de Fevereiro de 1989, lavrada de fl. 68 v.º a fl. 69 v.º do livro de notas n.º 121-B do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Torres Vedras, a cargo da notária Maria Madalena Marques de Magalhães, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, tem sede no lugar de Soltaria, freguesia de São Pedro da Cadeira, deste concelho, tendo por objecto contribuir para a elevação do nível de vida da população nos aspectos cultural e recreativo, utilizando os seguintes meios: cursos de economia doméstica, palestras sobre educação cívica e relações humanas, encontros para agricultores, cursos de alfabetização e ciclo preparatório, ciclos de lições a pais, assuntos sobre a educação das crianças e adolescentes, teatro com a população, biblioteca cultural-religiosa, cultura desportiva e ginástica, e durará por tempo indeterminado a partir da sua constituição; podem ser associados os indivíduos que não estiverem denunciados nos tribunais ou suspensos do exercício das suas actividades enquanto não for definida a sua situação; perdem a qualidade de associados:

- 1) Todo aquele que estiver mais de seis meses sem pagar a quota;
- 2) Todo aquele que tiver cometido qualquer atentado contra a colectividade.

Conferido, está conforme.

Secretaria Notarial de Torres Vedras, 21 de Fevereiro de 1989. — A Terceira-Ajudante, *Maria Graciete da Costa Santos*. 1-1-5930

ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DAS MESTRAS

Certifico que, por escritura lavrada hoje, a fl. 82 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 60-A do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Faro, a cargo da notária licenciada Maria Lúcia Gonçalves Lopes, foi constituída uma associação sem fins lucrativos, com total isenção política e religiosa, que adopta a denominação de Associação dos Caçadores das Mestras, tem a sua sede na Rua do Actor Nascimento Fernandes, 14, 2.º, freguesia da Sé, concelho de Faro,

ANEXO 05 – Ata da alteração aos estatutos de 15 de julho de 2013

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO



Acta da Assembleia Geral de Clubes da Associação de Futebol do Concelho de Espinho, de 15 de Julho de 2013.

_____ Aos quinze dias do mês de Julho do ano Dois Mil e Treze, pelas 21.30 horas, reuniram-se em Assembleia-geral, no auditório do Fórum de Arte e Cultura de Espinho, na freguesia de Espinho, concelho de Espinho, os associados da Associação denominada “ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO”, com sede social, sita na Rua do Passal, n.º 1, freguesia de Anta concelho de Espinho, pessoa coletiva número 503 567 256, com a seguinte ordem de trabalhos: _____

_____ PONTO UM: Alteração dos Estatutos da Associação. _____

_____ PONTO DOIS: Propostas de alteração aos regulamentos, disciplinar, de provas desportivas, interno e de arbitragem da A.F.P.C.E. _____

Verificando-se estar representado o quórum deliberativo da Associação, foi declarada aberta a sessão. _____

Presidiu o associado Magos de Anta F.C., pelo seu representante Srº Fernando Gomes Fernandes, o qual, depois de verificar estarem preenchidos os requisitos, considerou a Assembleia validamente constituída, podendo, em consequência, deliberar de forma eficaz sobre os pontos constantes da antecedente Ordem de Trabalhos. _____

PONTO UM: Entrou-se no ponto primeiro da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Direção, Srº José Carlos Teixeira, referido o interesse em actualizar a sede, o objecto e vários artigos dos Estatutos da Associação, para permitir um melhor funcionamento da entidade. _____

Os associados presentes manifestaram a sua concordância, sendo que, a consulta do projecto de estatutos já tinha sido permitida em data anterior a esta assembleia aos seus associados, pelo que, a proposta foi aprovada por unanimidade. _____

Os Estatutos aprovados foram rubricados por todos os presentes e ficam anexos a esta ata, ficando nomeados os associados Magos F.C. representado pelo Srº. Fernando Gomes Fernandes com funções de Presidente da Assembleia Geral, Juventude da Estrada representado pelo Srº. Jorge Gomes Sá com funções de Presidente do Conselho Fiscal e Grupo Desportivo Regresso representado pelo Srº José Carlos Silva Teixeira com funções de Presidente da Direção, para validamente representarem a Associação na escritura pública de alteração dos Estatutos: _____

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO

PONTO DOIS: Passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Assembleia Geral dado a palavra ao Presidente da Direção que começou por explicar as razões da necessidade de alteração do atual Regulamento de Provas Oficiais, em regulamentos específicos e distintos, mais informou que todos os associados já tinham conhecimento dos projetos de alteração pelo seu envio por e-mail e que todos estavam em condições de apresentarem e discutirem as suas propostas com finalidade da aprovação dos diversos Projetos.

Gerada alguma celeuma no seio da sessão, foi notório alguma desinformação sobre o assunto, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Geral, tomado a palavra e sugeriu e dado o adiantado da hora, marcar outra sessão para discussão de novas propostas apresentadas pelos associados, que concordaram com a data de um de Agosto do presente ano.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os presentes.

A Mesa da Assembleia Geral

Presidente -

Secretário -

Vogal -

Anexa lista de Associados presentes.



ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE
ESPINHO

Lista de presenças na Assembleia Geral de Clubes realizada no dia 15 de julho de 2013

1	Aldeia Nova	Bernards
2	Ass. D. Guetim	
3	Bairro Ponte Anta	Fernando
4	Corga Silvalde	Jose Ruy
5	Desp. Ponte Anta	Manuel Henrique
6	Desp. Regresso	
7	Est. Ponte Anta	Alcides
8	Est. Vermelhas	
9	Estrelas Divisão	Manuel Gomes
10	Império Anta	Manuel de Jesus
11	Juv. Estrada	Manuel Gomes
12	Morgados Paramos	Manuel
13	Novasemente	Manuel
14	Aguias Anta	Manuel
15	Aguias Paramos	Manuel
16	Ass. Esmojães	Manuel
17	Cantinho Ramboia	Manuel
18	Cruzeiro Silvalde	Manuel
19	G. D. Idanha	Manuel
20	G. D. Outeiros	Manuel
21	G. D. Ronda	Manuel
22	Juventude Outeiros	Manuel
23	Leões Bairristas	Manuel
24	Lomba Paramos	Manuel
25	Magos Anta	Manuel
26	Quinta Paramos	Manuel
27	Rio Largo C. E.	Manuel

ANEXO 06 – Escritura da alteração aos estatutos



CARTÓRIO NOTARIAL

de

ESPINHO

Notária *Natália de Oliveira Figueiredo Almeida Ribeiro*

NIF 222 527 242

Rua 32, n.º 820, R/Chão, Espinho

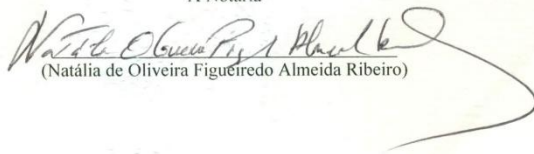
Tel: 227 326 097 - Fax: 227 325 148


-----É fotocópia extraída da escritura lavrada de folhas **cento e quarenta e sete** a folhas **cento e quarenta e oito** do Livro de Notas para Escrituras Diversas número **Setenta e Dois- E**, deste Cartório. -----

----Contém **trinta e três** folhas por mim numeradas e rubricadas e está conforme o original. -

----Espinho, dezasseis de Abril de dois mil e catorze. -----

A Notária


(Natália de Oliveira Figueiredo Almeida Ribeiro)

Conta registada sob o n.º 839 

N.I.F. 222527242

Rua 32 nº 820, R/C. 4500-309 Espinho – Telef. 22 732 60 97 Fax. 22 732 51 48 Telex. 93 883 06 60 – E-mail: natalia.figueiredo@notarios.pt

11
382

LIVRO
42-E
FOLHAS
147B

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

-----No dia dezasseis de Abril de dois mil e catorze, no Cartório Notarial de Natália de Oliveira Figueiredo Almeida Ribeiro, sito na Rua Trinta e Dois, número 820, rés-do-chão, em Espinho, perante mim, respectiva Notária, compareceram como Outorgantes: -----

-----A) **FERNANDO GOMES FERNANDES**, titular do Bilhete de Identidade 1791070, emitido em 14/04/2005, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, casado, natural da freguesia de Anta, actualmente união das freguesias de Anta e Guetim, concelho de Espinho, onde reside na Rua da Congosta, número 131; -----

-----B) **JORGE GOMES SÁ**, titular do Bilhete de Identidade 3008927, emitido em 29/10/2004, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, casado, natural da freguesia e concelho de Espinho, residente no mesmo concelho, na Rua do Monte, número 216, na freguesia da Paramos; e de -----

-----C) **JOSÉ CARLOS DA SILVA TEIXEIRA**, titular do Cartão de Cidadão 05539089, válido até 13/01/2015, emitido pela República Portuguesa, casado, natural da citada freguesia de Espinho, residente no mesmo concelho, no Bairro Piscatório, número 37, na freguesia de Silvalde: -----

-----que outorgam, respectivamente, na qualidade de Presidente da Assembleia-Geral, Presidente do Conselho Fiscal e de Presidente da Direcção e em representação da associação denominada “ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DO CONCELHO DE ESPINHO” com sede no Lugar da Igreja, na

1338

freguesia de Anta, concelho de Espinho, titular do cartão único de Identificação de Pessoa Colectiva número **503 567 256**. -----

-----Verifiquei a identidade dos Outorgantes pela exibição dos referidos documentos de identificação; verifiquei ainda, a sua qualidade e poderes necessários para este acto, pela acta da Assembleia-Geral da referida Associação, com data de quinze de Julho de dois mil e treze, **cuja pública-forma arquivo**. -----

-----**DISSERAM OS OUTORGANTES, nas respectivas qualidades:** -----

-----Que, em cumprimento da citada Deliberação da Assembleia-Geral, constante da referida acta, remodelam totalmente os estatutos da referida associação, **mantendo no entanto a mesma denominação, actualizando a sede** para: Rua Quarenta e Um/ Avenida João de Deus, 1º Loja nascente s/n, na freguesia e concelho de Espinho (4500-056) **e alterando o objecto** para: a) promover a prática do desporto em geral, coordenando a acção dos Clubes filiados nesta, com sede neste concelho; b) propor planos de acção para fomento das modalidades de futebol de onze e de salão em qualquer escalão; c) promover campeonatos, provas ou simples manifestações de carácter desportivo no âmbito desta Associação; d) promover os valores da ética e espírito desportivo, passando a mesma a reger-se pelos estatutos constantes do documento complementar a esta escritura, elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, aprovados na Assembleia-geral aludida, cujo conteúdo é perfeitamente conhecido

13
133
8

LIVRO

42-E

FILHAS

1488

-----Esta escritura foi lida aos intervenientes e aos mesmos explicada
quanto ao seu conteúdo. -----

Conta registada sob o n.º 839

ANEXO 07 – Fichas de Clubes

Ficha N.º 01

Associação Cantinho da Rambóia Futebol Clube

Fundado 03/07/1973
Sede Social Avenida 8 - Antigas Escolas São Pedro, 4500-000 Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Paramos
Emblema



Ficha N.º 02

Associação Desportiva Rio Largo Clube de Espinho

Fundado 08/12/1972
Sede Social Rua 66 N.º 16, 4500-368 Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Paramos
Emblema



Ficha N.º 03

Associação Desportiva Convívio Corga de Silvalde

Fundado 08/04/1999
Sede Social Largo da Igreja N.º 163, 4500-474 Silvalde
Campo de jogo Complexo Desportivo da Seara
Emblema



Ficha N.º 04

Associação Desportiva Cruzeiro de Silvalde

Fundado 22/04/1956
Sede Social Rua do Sisto N.º 284, 4500-653 Silvalde
Campo de jogo Complexo Desportivo da Seara
Emblema



Ficha N.º 05

Associação Leões Bairristas Futebol Clube

Fundado 06/08/1976
Sede Social Largo Adriano Gonçalves N.º 1976, 4500-000 Silvalde
Campo de jogo Complexo Desportivo da Seara
Emblema



Ficha N.º 06

Grupo Desportivo Estrelas Vermelhas

Fundado 01/09/1973
Sede Social Rua de Gulhe, N.º 351 - 4500-632 Silvalde Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo da Seara
Emblema



Ficha N.º 07

Grupo Desportivo dos Outeiros

Fundado 15/08/1972
Sede Social Rua dos Outeiros N.º196, 4500-000 Silvalde
Campo de jogo Complexo Desportivo da Seara
Emblema



Ficha N.º 08

Grupo Desportivo Regresso

Fundado 25/04/1980
Sede Social Rua Central N.º 631, 4500-000 Silvalde
Campo de jogo Complexo Desportivo da Seara
Emblema



Ficha N.º 09

Juventude dos Outeiros

Fundado 04/10/1982
Sede Social Estrada Santiago N.º 357, 4500-000 Silvalde -Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo da Seara
Emblema



Ficha N.º 10

Associação Águias de Paramos

Fundado 06/10/1966
Sede Social Rua dos Águias N.º 80, 4500-430 Praia de Paramos-Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Paramos
Emblema



Ficha N.º 11

Associação Desportiva da Lomba

Fundado 25/08/1968
Sede Social Rua da Lomba N.º 216, 4500-520 Paramos
Campo de jogo Complexo Desportivo de Paramos
Emblema



Ficha N.º 12

Associação Desportiva Quinta de Paramos

Fundado 06/03/1966
Sede Social Rua da Quinta, 4500-000 Paramos - Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Paramos
Emblema



Ficha N.º 13

Associação Grupo Desportivo Juventude da Estrada

Fundado 06/04/1980
Sede Social Rua Nossa Senhora da Guia N.º 759, 4500-337 Paramos
Campo de jogo Complexo Desportivo de Paramos
Emblema



Ficha N.º 14

Grupo Recreativo Bemfazer Cultura e Desporto de Paramos "Os Morgados"

Fundado 30/05/1982
Sede Social Rua Padre Sá N.º 425, 4500-531 Paramos
Campo de jogo Complexo Desportivo de Paramos
Emblema



Ficha N.º 15

Associação Desportiva de Esmojães

Fundado 01/04/1976
Sede Social Rua das Mimosas N.º 12,0 4500-074 Anta Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Cassufas
Emblema



Ficha N.º 16

Águias da Quinta Futebol Clube

Fundado 01/01/1974
Sede Social Além do Rio, Rua 2 N.º 37 C, 4500-337, Anta - Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Cassufas
Emblema



Ficha N.º 17

Grupo Desportivo Bairro da Ponte de Anta

Fundado 29/10/1986
Sede Social Conjunto Habitacional da Ponte de Anta, Bloco E, Entrada 1 -
4500-000 Anta
Campo de jogo Complexo Desportivo de Cassufas
Emblema



Ficha N.º 18

Império Anta Futebol Clube

Fundado 03/10/1934
Sede Social Rua 36 N.º 622, 4500-000Anta Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Cassufas
Emblema



Ficha N.º 19

Juventude Desportiva da Aldeia Nova

Fundado 01/10/1982
Sede Social Rua da Aldeia Nova N.º 295, 4500-026 Anta - Espinho
Campo de jogo Complexo Desportivo de Cassufas
Emblema



Ficha N.º 20

Magos Futebol Clube Anta

Fundado 05/05/1972
Sede Social Rua S. Martinho de Anta N.º 770/772, 4500-000 Anta
Campo de jogo Complexo Desportivo de Cassufas
Emblema



Ficha N.º 21

Novasemente Grupo Desportivo

Fundado 25/02/1978
Sede Social Rua das Escolas N.º 312, 4500-000 Anta
Campo de jogo Complexo Desportivo de Cassufas
Emblema



Ficha N.º 22

Associação Desportiva Guetim Futebol Clube

Fundado 07/09/1987
Sede Social Travessa do Rameiro, 4500-420 Guetim
Campo de jogo Campo Desportivo de Guetim
Emblema



Ficha N.º 23

Estrelas da Divisão Futebol Clube

Fundado 25/10/1981
Sede Social Rua da Divisão N.º 401, 4500-000 Anta-Espinho
Campo de jogo Campo Desportivo de Guetim
Emblema



Ficha N.º 24

Grupo Desportivo a Ronda

Fundado 01/01/1975
Sede Social Rua das Manas N.º 117, 4500-000 Guetim
Campo de jogo Campo Desportivo de Guetim
Emblema



Ficha N.º 25

Associação Desportiva Recreativa Ponte Anta

Fundado 01/08/1986
Sede Social Rua S. Martinho N.º 891, 4500-000 Anta
Campo de jogo Campo Desportivo das Areosas
Emblema



Ficha N.º 26

Grupo Desportivo da Idanha

Fundado 11/06/1975
Sede Social Rua do Louredo N.º 676, 4500-000 Idanha - Anta
Campo de jogo Campo Desportivo das Areosas
Emblema



Ficha N.º 27

Grupo Recreativo Estrelas da Ponte D'Anta

Fundado 05/10/1990

Sede Social Rua 62 N.º 1066, 4500-000 Espinho

Campo de jogo Campo Desportivo das Areosas

Emblema



ANEXO 08 – Guião da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral de Clubes, Presidente da Direção e Presidente do Conselho Fiscal da AFPCE

Tema: Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho: A importância do Dirigente Desportivo Voluntário no desenvolvimento do desporto.

Guião da entrevista para os Presidentes dos Órgãos Sociais da AFPCE, Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Objetivos

No âmbito do curso do 2.º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, a presente entrevista tem como objetivo fundamental, recolher informações que nos permitam compreender a importância do Dirigente Desportivo Voluntário na promoção e desenvolvimento do desporto, na ótica dos responsáveis da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho.

Confidencialidade

A informação aqui recolhida, será utilizada especificamente para fins académicos, sendo disponibilizada para os participantes caso assim o solicitem.

A. Organização das provas desportivas

1. Quais são as provas desportivas que organizam?
2. Pode explicar como é que essas provas desportivas são planeadas e organizadas?
3. Pode referir quais são as principais dificuldades que se têm apresentado na organização e desenvolvimento dessas provas?
4. Na sua opinião, que melhoria pode haver na organização dessas provas desportivas?

B. Infra-estruturas desportivas

5. Sabendo que existem 27 clubes para 5 complexos desportivos, quem faz a gestão dos complexos desportivos e seus responsáveis?

6. Pode explicar quais são os requisitos de instalações desportivas exigíveis previstos nos regulamentos da AFPCE?

7. Pode explicar quais são as características físicas dos complexos desportivos?

8. Na sua opinião, que melhorias podem ser feitas nos complexos desportivos para o desenvolvimento do desporto no concelho de Espinho?

9. Na sua opinião, as instalações desportivas existentes são suficientes para as provas organizadas pela AFPCE?

C. Gestão financeira

10. Sabendo que a AFPCE é dependente de financiamento publico, de que forma conseguem este apoio?

11. Como é feita a gestão financeira desta organização?

12. Pode explicar como faz para atingir os objetivos na previsão orçamental?

13. Que balanço faz aos últimos 4 anos de gestão financeira?

D. Área administrativa

14. Nesta área, quem são os responsáveis e quem desenvolve este trabalho?

15. Considera a sede da AFPCE, o local de trabalho ideal para dar respostas aos associados?

16. Na sua opinião, o que pode melhorar na sede social da AFPCE?

17. Pode explicar os serviços que os recursos humanos da AFPCE desempenham?

18. Na sua opinião, o que pode melhorar nos serviços que os recursos humanos desempenham?

19. Na sua opinião, qual o futuro desta organização para o desenvolvimento do desporto no concelho de Espinho?

E. Dirigente Associativo Voluntário

20. Sabendo que o diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado, perante a entidade patronal, quais as dificuldades que existem no entendimento das competências atribuídas por este diploma?

21. Pode explicar quais os benefícios que usufrui do diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado?

22. No diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado, quais os deveres que promove e valoriza mais nas ações da AFPCE?

23. Que formação fez em Dirigismo Desportivo?

24. Na sua opinião, quais as vantagens que podem obter nas formações em Dirigismo Desportivo?

F. Validação da entrevista

25. Sabendo do objetivo primordial desta entrevista, na sua opinião considera que o conteúdo foi ao encontro do mesmo?

26. Gostaria de acrescentar mais alguma informação que não tenha sido abordada durante a entrevista e que considere relevante para o estudo e para reafirmar as suas opiniões?

Agradecimentos

Desde já, agradecemos a sua valiosa colaboração.

ANEXO 09 – Guião da entrevista ao Presidente do Conselho de Arbitragem da AFPCE

Tema: Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho: A importância do Dirigente Desportivo Voluntário no desenvolvimento do desporto.

Guião de entrevista para o Presidente do Conselho de Arbitragem da AFPCE.

Objetivos

No âmbito do curso do 2.º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, a presente entrevista tem como objetivo fundamental, recolher informações que nos permitam compreender a importância do Dirigente Desportivo Voluntário na promoção e desenvolvimento do desporto, na ótica dos responsáveis da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho.

Confidencialidade

A informação aqui recolhida, será utilizada especificamente para fins académicos, sendo disponibilizada para os participantes caso assim o solicitem.

A. Arbitragem da AFPCE

1. Quantos elementos de arbitragem têm à sua disposição?
2. Pode explicar como é feita a seleção deles?
3. Sabendo que são todos amadores, pode comentar em relação à formação deles?
4. Pode explicar que ações são desenvolvidas para melhorar as condições deles para dirigir um encontro de futebol?
5. Que metodologia de sorteio ou nomeações para os jogos é usada?
6. No seu entender, quais as principais preocupações em relação à arbitragem?

7. Na sua opinião, qual o futuro desta organização para o desenvolvimento do desporto no concelho de Espinho?

B. Dirigente Associativo Voluntário

8. Sabendo que o diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado, perante a entidade patronal, quais as dificuldades que existem no entendimento das competências atribuídas por este diploma?

9. Pode explicar quais os benefícios que usufrui do diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado?

10. No diploma que estabelece o regime de apoio aos dirigentes desportivos em regime de voluntariado, quais os deveres que promove e valoriza mais nas ações da AFPCE?

11. Que formação fez em Dirigismo Desportivo?

12. Na sua opinião, quais as vantagens que podem obter nas formações em Dirigismo Desportivo?

C. Validação da entrevista

13. Sabendo do objetivo primordial desta entrevista, na sua opinião considera que o conteúdo foi ao encontro do mesmo?

14. Gostaria de acrescentar mais alguma informação que não tenha sido abordada durante a entrevista e que considere relevante para o estudo e para reafirmar as suas opiniões?

Agradecimentos

Desde já, agradecemos a sua valiosa colaboração.